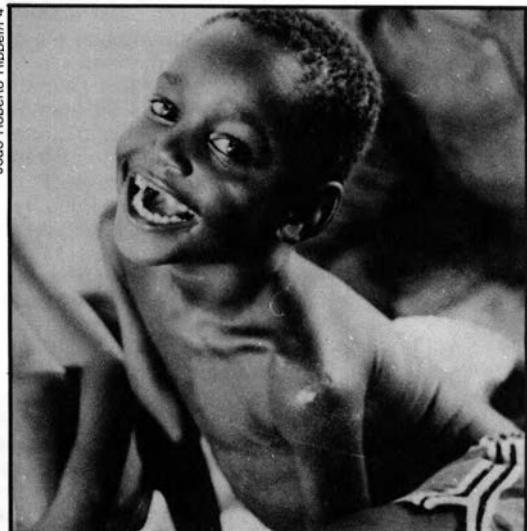


tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 217 • Março de 1987 • Cr\$ 15,00

João Roberto Rippel/F4



**Criança:
um tema
permanente**

Revista mensal do CEDI**Março 87****CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação**Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJAv. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP**Conselho Editorial**
Aloisio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves**Editores**
Jether Pereira Ramalho
José Domingos Braghetto**Jornalista Responsável**
José Domingos Braghetto
Reg. Prof. nº 8.763**Secretário de Redação**
Flávio Irala**Diagramação e Secretaria Gráfica**
Vanderley MendonçaPreço do exemplar avulso:
Cz\$ 15,00Assinatura anual:
Cz\$ 120,00Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00**Cartas**

Na madrugada do dia 11/02/87, em Itacarambi (MG), quinze pistoleiros, sob o comando do grileiro Francisco de Assis Amaro (Senhor Amaro), invadiram a aldeia Sapé, atacando a casa do índio Rosalino Gomes de Oliveira. Debaixo de cerrado tiroteio a casa foi saqueada. Aproximadamente nove pessoas — inclusive, quatro crianças — dormiam, quando foram surpreendidas pelos bandidos. Restaram mortos os índios Rosalino Gomes de Oliveira e José Pereira Santana e o pistoleiro Agenor Nunes de Macedo. Sairam feridos a índia Anízia Nunes de Oliveira e o índio Manoel Fiúza da Silva, que veio a falecer a caminho do hospital. Manoel Fiúza ainda estava se recuperando dos graves acontecimentos causados pelo atentado de maio de 86, de autoria do pistoleiro Alfredo Ferreira Leite, o Alfredão.

De 1982 até hoje são sete os índios assassinados por questão de terra na área Xakriabá. Nenhum dos assassinos foi molestado pela polícia e todos andam livremente pela região. A certeza da impunidade é a garantia dos permanentes e freqüentes ataques aos Xakriabá.

São poderosos os inimigos dos índios e que ambicionam suas terras: o prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula (PDS); Manoel Caribé Filho, candidato derrotado a deputado estadual pelo PMDB; Aécio Pereira Costa, empresário em Montes Claros; Paulo Roque, empresário de Recife; Francisco de Assis Amaro, fazendeiro e grileiro, entre tantos outros.

São inúmeras as violências praticadas contra os índios. A polícia até hoje não conseguiu mostrar sua eficácia na apuração dos fatos. E uns poucos processos se arrastam na Justiça Federal. A mesma justiça que se mostrou extremamente ágil na suspensão do processo desapropriatório da Fazenda Ressaca, que serviria aos posseiros da área indígena. Protegeu-se, assim, um latifúndio completamente ocioso dos riquíssimos Haas/Klabin, em detrimento do bem-estar social e da paz dos posseiros e índios.

Por outro lado, o delegado de Itacarambi, Antônio Reis, tem se colocado aberta e descaradamente do lado dos grileiros de terras indígenas. Uma breve visita ao fórum de Januária seria suficiente para ver quão pró-digo ele é em forjar acusações contra os índios. Para não falar de suas incursões na área indí-

gena, sempre acompanhado de grileiros e pistoleiros. Para que maior incentivo ao crime? Contra ele já existem diversas representações junto à Corregedoria de Polícia, mas até hoje não se tem conhecimento de nenhuma providência.

As violências terríveis cometidas contra os Xakriabá se inserem perfeitamente na guerra pela terra que se trava hoje por todo o Brasil. São milhares de camponeses e índios tombados nessa luta desigual. Enquanto isso, os responsáveis por tais crimes se confraternizam com as autoridades que seriam as responsáveis por puni-los. Chega de tanta violência!

A Igreja tem insistido numa solução justa para o problema com uma verdadeira Reforma Agrária. As autoridades maiores da "Nova" República se mostram surdas a tal apelo. Aonde isso nos levará?

No próximo dia 19 (a carta é datada de 13/02/87), dom Antônio Felippe da Cunha, bispo de Guanhães e responsável pela Pastoral Indigenista da CNBB Leste II, estará junto aos Xakriabá. Para expressar-lhes a solidariedade da Igreja nesse momento de dor; para informar-se detalhadamente das ocorrências; para presidir a Eucaristia em memória dos mártires Xakriabá.

Na mesma ocasião, caravanas de trabalhadores rurais e urbanos de Belo Horizonte, Montes Claros e Januária, bem como representantes das diversas pastorais da Igreja, de entidades de apoio ao índio, de sindicatos e partidos políticos, também lá estarão para emprestar sua solidariedade aos Xakriabá.

Em tempo: O índio José Pereira Santana era deficiente físico e estava passando a noite na ca-

sa de Rosalino. Foi alvejado por dez balas calibre 38.

Dos quinze pistoleiros, já foram identificados: Francisco de Assis Amaro (Senhor Amaro), Germano Canabrava (posseiro), Roberto Trinta (posseiro), os Vidoca (posseiros e assassinos do índio José Pereira Lopes e caudadores de ferimentos graves nos índios Manoel Fiúza da Silva e José Benvindo, em maio de 86) e Alfredão (participou com os Vidoca dos crimes de maio de 86).

O carro dos bandidos foi deixado a 2 km da casa de Rosalino. A casa ficou bastante danificada.

Os dois filhos mais velhos de Rosalino (Valdir e Otelício) conseguiram fugir debaixo do tiroteio. Ficaram muito feridos devido às cercas de arame farpado e aos espinhos do mato.

Um filho de Rosalino, de apenas dez anos, foi obrigado a arrastar o pai para fora do quarto para os pistoleiros mostrarem que ele estava morto. Mesmo sem poder com o peso, a criança teve que se submeter às ordens.

Os índios afirmam que a polícia de Itacarambi e a Federal já sabiam que se preparava o ataque. Não se conformam com a omissão. Estão exigindo a imediata retirada dos posseiros que estão acampados no Sumaré. O clima é de muita revolta e tensão.

Antônio Brand
Secretariado Nacional do CIMI

Fábio Alves dos Santos
Coordenação CIMI-Leste

Belo Horizonte (MG)

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve	Cz\$ 70,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 35,00
Sexta assembléia do CIMI	Cz\$ 35,00
Poões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 35,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização ..	Cz\$ 35,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 35,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 — Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 95,00
Volume 5 — Javari	Cz\$ 60,00
Volume 8 — Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 125,00

Criança

4 ETERNOS MENORES

Rosilene Alvim e
Sonia Altoé6 PARA ACABAR COM A "QUESTÃO DO
MENOR"

Emir Sader

8 JOILSON DE JESUS — TRÊS ANOS
DEPOIS, A VIOLENCIA AUMENTOU

Cleide Silva

10 CARTA À NAÇÃO BRASILEIRA

12 QUEM TEM MEDO DO MENOR?

Entrevista com Ivanir dos Santos

16 CRIANÇA: GENTE QUE NINGUÉM LEVA
A SÉRIO...

Rubem Alves

18 CIEP'S: ALTERNATIVA PARA A
QUESTÃO SOCIAL

Carlos Roberto Costa

20 ALTERNATIVAS AO ATENDIMENTO À
INFÂNCIA NO BRASIL

Alzemira Araújo

América Latina23 MOVIMENTOS POPULARES NO CONE
SUL

Marcos Arruda

Bíblia hoje

26 SER DISCÍPULO

Gustavo Gutiérrez

Ecumenismo

28 MILITÂNCIA E TEOLOGIA

Georges Casalis

30 AMÉRICA LATINA AVALIA FORMAÇÃO
DE QUADROS

Jorge Luiz Ferreira Domingues

Livros

31 ESCOLA E MOVIMENTO POPULAR

Celso de Rui Biesiegel

Última PáginaRECESSÃO, BAIXO PESO AO NASCER
E MORTALIDADE INFANTIL NO
NORDESTE BRASILEIRO — 1977/1984

Triste retrato de uma sociedade

Um indicador forte que revela o perfil de uma sociedade é a situação em que vive a maioria de suas crianças. Nada adianta ser considerada oitava economia do mundo, ter território repleto de riquezas e belezas, de se autodenominar maior país cristão, se as suas crianças, aos milhões, encontram-se desnutridas, doentes e abandonadas.

Não pode haver injustiça maior do que o roubo que se faz, de forma irremediável, dos dias de brinquedo, de alegria e conforto de milhões de meninas e meninos do Brasil. Dormem nas ruas, passam fome, vivem sujos e esfarrapados. Vendem de tudo: balas, jornais e limões. De dia e de noite. E quantas vezes fechamos, rapidamente, o vidro de nossos carros com medo das suas carinhas imundas, e vamos tranquilamente, com nossos filhos para as nossas casas limpas e confortáveis. Há até as que se prostituem, roubam e matam. Com facilidade as condenamos, horrorizados com suas ações.

Neste país, muitos segmentos sociais estão lutando para a construção de uma sociedade onde essa calamitosa situação possa ser mudada. Estamos elaborando até uma nova Constituição. Todos queremos que

ela realmente venha espelhar uma sociedade democrática. Mas isso ainda é pouco. Precisamos ir mais a fundo.

O tema escolhido para a Campanha da Fraternidade da CNBB de 1987 foi a questão da criança no Brasil. É mais um clamor com que a Igreja Católica se soma a muitas outras vozes. Essa é uma causa realmente ecumênica, no amplo sentido do conceito. Enfrentar essa questão, em toda a sua radicalidade, é um dever coletivo. Não só paliativos, mas ir ao fundo da questão.

Neste número de "Tempo e Presença" apresentamos algumas idéias e alternativas para o aprofundamento dessa questão. Também estatísticas impressionantes. Uma vai indicar que quando a economia entra em recessão três indicadores aparecem de imediato. Aumentam: a mortalidade infantil, o número de crianças que nascem com baixo peso e as horas de trabalho para se garantir a alimentação básica. Com a crise que enfrentamos atualmente vamos ter mais mortes, desnutrição e sofrimento. Até quando vamos conviver com esse escândalo? Pergunta que temos que nos fazer em todas as horas, inclusive quando afagamos a cabecinha de nossas crianças tão amadas.

Eternos menores



Ao sair da Funabem, o ex-interno enfrenta o abandono e a hostilidade da sociedade.

Rosilene Alvim

Sonia Altoé

Tanto a literatura que trata do tema da institucionalização do "menor" quanto depoimentos de ex-"menores", são unâimes em afirmar a "via-crucis" pela qual os ex-internos, ex-"menores", passam ao saírem de internatos para "menores carentes" ligados à Funabem. Grandes dificuldades enfrentam na luta para se tornarem cidadãos, maiores independentes e livres da guarda do Estado, sob a qual viveram até então.

Ao completar 18 anos, o "menor", agora "maior", é desligado sumariamente da instituição, pois o Estado considera já ter cumprido seu dever de prover os meios adequados para sua formação e crescimento, conforme determina o Código de Menores. Agora, ele terá que suprir seus próprios meios de subsistência. O internato considera, então, ter atingido seus objetivos de preparar o indivíduo para viver em sociedade. No entanto, o que ocorre na realidade é a construção de um indivíduo disciplinado, com uma formação profissional precária, supostamente adequada à sua inserção no mercado de trabalho. Segundo informação prestada pela Asseaf (Associação de Ex-alunos da Funabem), somente 3% dos alunos que saem da

Funabem trabalham nas profissões que lá aprenderam. (JB 23.05.82)

Sabe-se também que até 1982 os internos saiam da instituição sem carteira de trabalho e sem apoio de ordem material. A partir de então, como consequência de denúncias de ex-alunos, alertando para a gravidade desta fase de transição, a Funabem passou a garantir casa e comida nos três primeiros meses, após a saída, para que seu ex-aluno pudesse procurar trabalho.

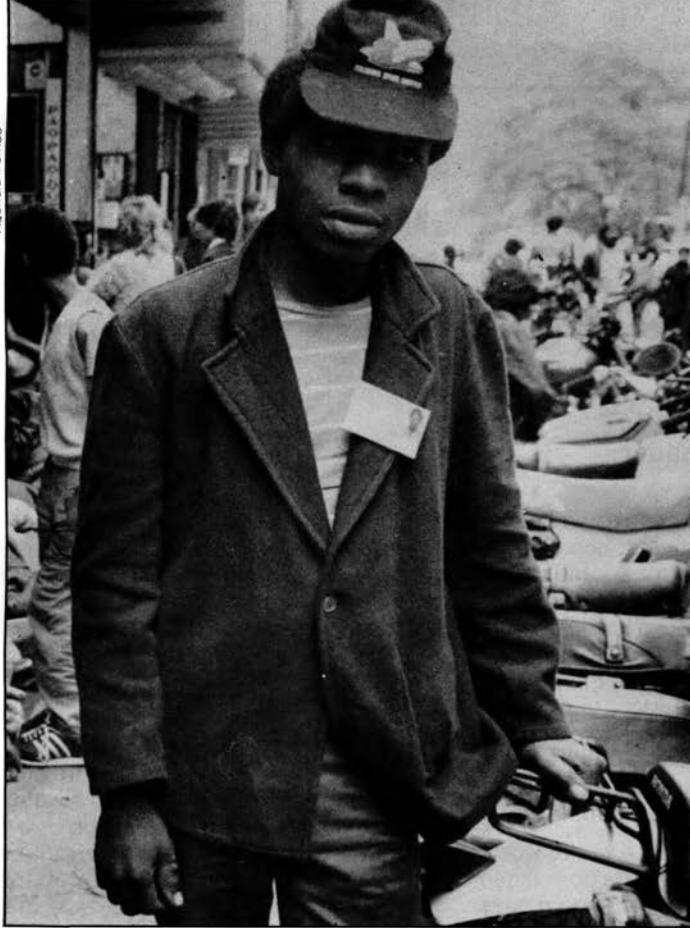
"Quando a gente sai da Funabem, sai sem documento garantido. (...) Aqueles que têm família, vão para casa dela, aqueles que não têm, arrumam pensão, três meses, até arrumar emprego. Depois de três meses, a Funabem não paga mais a pensão. Aí a Funabem tira ele de lá. Depois não depende mais dela. Aí mesmo vai se virar na vida sozinho. (Cláudio, 20 anos. Entrevista dada à Coordenação de Estudos sobre o Menor – Cesme – em 1986).

Apesar de 95% das crianças terem família ao entrarem no internato, na saída, poucas podem contar com o apoio familiar. A maior parte das famílias espera que o filho, tendo passado anos estudando e desfrutando dos meios ma-

teriais que ela própria não possui, possa agora prestar alguma ajuda financeira. O filho, por sua vez, nem sempre consegue se reintegrar à sua família de origem, da qual ficou anos distante, e da qual espera afeto e apoio para sua entrada no mercado de trabalho.

"Minha vida tem sido terrível", conta José Luis Ferreira, 22 anos, saído da Funabem há 3 anos. "Assim que cheguei em casa, senti que minha família não estava me aceitando. Arranjei logo emprego no supermercado, mas não demorou muito: logo que tiveram que fazer um corte, me mandaram embora. Meu pai é pobre, minha mãe não trabalha porque está doente, eu preciso de ajuda para tirar todos os documentos, para lutar por outro emprego. Há dias que não tenho dinheiro para a condução para poder resolver minha vida." (O Globo - 25.01.82)

Obter um emprego e mantê-lo constitui para o "ex-menor" um conjunto de dificuldades pessoais que podem ser entendidas pelo fato mesmo de ser um ex-aluno da Funabem. A questão do emprego, na verdade, é bastante complicada; a dificuldade não se restringe sómente à obtenção de uma vaga para trabalhar. O primeiro emprego, sobretudo,



O preconceito racial é um dos fatores que dificultam a entrada no mercado de trabalho.

é marcado pelo estigma — como se todos fossem marginais — de ser um ex-aluno da Funabem. Alguns ex-alunos afirmam que aliado a isto coloca-se também a cor, pois a grande maioria das crianças internas na Funabem, além de pobres, são pretas e, segundo eles, "ser pobre, já é uma dificuldade, preto mais uma, agora ser pobre, preto e ex-aluno da Funabem, já pode morrer" (parte da entrevista dada por Ivanir dos Santos, presidente da Asseaf ao Nepi — Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância. IFCS/UFRJ). Portanto, ser ex-aluno da Funabem e preto é ser percebido como marginal e possuir atributos que dificultam sua entrada no mercado de trabalho. Por outro lado, manter-se no emprego também não é tarefa fácil para o ex-aluno da Funabem, seja porque não se adapta, não gosta do que faz, não tem qualificação; seja pela falta de iniciativa e despreparo para adaptar-se à disciplina do horário e do trabalho. A verdade é que a grande maioria dos ex-“menores” passa por muitos empregos nos primeiros anos em que vive fora da instituição, até que consegue, quando consegue, um trabalho em que logra permanecer.

Uma outra dificuldade importante com a qual o ex-interno se defronta no ato de “desligamento” é a perda das facilidades com as quais foi acostumado.

“Na escola o aluno tem alimentação nas horas certas, tem remédios quando fica doente, tem os amigos, tem recreação, vai até ver jogos no Maracanã... Quando chega aqui fora, muda tudo. Ou ele vai para uma casa pobre onde ele tem que dividir uma situação de miséria ou fica na rua, sem ninguém. Isso é terrível. (*O Globo*, 25.01.82. Entrevista dada pela Asseaf).

Frente às enormes dificuldades que o ex-interno encontra para se adaptar à vida fora do internato, da qual aliás foi privado até então, não é estranho que o único caminho que encontre para a sua sobrevivência imediata seja a prática de pequenos furtos. Esses atos podem ou não marcarem o início da entrada no mundo do crime. Quando prestam serviço militar ao saírem do internato, o problema é adiado por um ou dois anos e apesar de muitos ex-internos terem como aspiração seguirem carreira, dificilmente são aceitos nessa tentativa. São de novo colocados na rua na qual têm que “se virar” para sobreviver.

“Saí do quartel e não tinha o que comer e nem para onde ir. Não ia morrer de fome. Tinha que dar um jeito, não tinha documentos, nem como conseguir

emprego. Aí fiz um furto e fui preso. (Ailton, 20 anos. Entrevista à Cesme em 1985).

“Tava na rua com fome, fui apelar para a sorte, mas não dei sorte. Ficava pulando cordões e pulseiras. Chega um dia que não dá mais e fui pego. (Wagner, 22 anos. Entrevista à Cesme, 1985).

As lutas e problemas que enfrenta o ex-“menor” ao chegar à maioridade, quando não o levam a entrar para a marginalidade, não permitem que tenha ilusões quanto ao seu futuro. A desesperança está fortemente presente nos depoimentos da maior parte desses ex-internos, para os quais a Instituição não forneceu uma formação eficiente para a sua sobrevivência quando maiores.

“Não tenho planos, com a vida tão difícil, como eu vou fazer? Vou me iludir, como me ilidiram lá dentro? (Wagner, 20 anos) “Espero arrumar serviço para trabalhar. Não espero mais nada. Não tenho mais nada para esperar. Não sei se agora que eu estou começando a viver.”(Luis, 18 anos)

Se o drama dos ex-internos pode ser delineado neste artigo, fica, no entanto, a pergunta sobre a falência do atendimento ao chamado “menor carente” através da via institucional. Como também fica presente o drama de outras crianças pobres, classificadas em função de sua pobreza como “menores”, e que enfrentam dificuldades semelhantes às desses ex-internos, apenas por serem pobres, negras, e portanto, suspeitas. É o que nos diz Órbenes, de 15 anos, diante de Nilo Batista e do coronel Cerqueira, respectivamente, secretários de Justiça e de Polícia do Estado do Rio de Janeiro:

“...Eu sou pequeno, preto e pobre. Eles desconfiam dos pretos. Já levei tapa de polícia. Já me pegaram na feira, achando que eu tinha roubado o que comprei.”(*O Globo*, 28.07.86)

Rosilene Alvim é antropóloga e professora adjunta do Instituto de Filosofia e C. Sociais (IFCS), e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância (Nepi)-IFCS-UFRJ.

Sonia Altoé é psicóloga e professora da Universidade Santa Ursula (USU). Coordenadora do setor de pesquisa da Coordenação de Estudos sobre o Menor-Cesme-USU.

Grande parte das entrevistas mencionadas neste artigo foram realizadas por Marta G. Magalhães, Valesca R. Campista e Clair Beiraldo e fazem parte da pesquisa “Menores em tempo de maioridade” desenvolvida pela Cesme-USU, sob a coordenação de Sonia Altoé.

Para acabar com a "questão do menor"

Emir Sader

A chamada "questão do menor" tem sido premiada com uma quantidade inesgotável de diagnósticos, alguns nascidos da natural indignação dos reflexos mais cruéis de uma sociedade dirigida pelos mecanismos de acumulação de capital; outros, pela incomodidade de conviver com um mundo que os aterroriza, mais do que indigna; e outros, ainda, como um exercício cotidiano de atualização de seu autoritarismo intrínseco.

Infelizmente, poucas são as propostas que busquem um encaminhamento democrático da questão. Ou se limitam ao diagnóstico ou desembocam em propostas totalitárias, como aquela, muito veiculada em 1985, mas sempre tentadora, de "limpar as ruas", recriando grandes cadeões para as crianças e jovens que vivem na cidade, sem casa, escola, trabalho ou qualquer outro vínculo permanente. Como se não bastasse já as Febens, Feens, Funabens, casas de detenção, presídios, delegacias etc., a democratização do país parece exigir mais espaços de reclusão, em lugar de fazer os ares democráticos chegarem até as instituições totalitárias e seu mundo de cão.

A "questão do menor" se reduz, na verdade, ao problema da sociedade co-

mo um todo, mediado pela crise das famílias populares, como espaço de convivência, afeto, apoio, socialização. Quando a acelerada proletarização de amplas camadas do povo jogou na busca de meios de sobrevivência primeiro a mulher, depois um terceiro membro da família, depois um quarto, até atirá-los todos na luta pela sobrevivência, independentemente da idade e qualificação, deu um novo golpe no processo de desintegração das famílias populares.

A sub-proletarização se generalizou nas camadas majoritárias da população dos grandes centros urbanos, com suas seqüelas de alcoolismo, aumento da violência doméstica, elevação da criminalidade, dos índices de abandono das escolas. A violência — uma verdadeira cultura da violência — se generalizou nesse pique: note-se que, de cada 15 casos de assassinato, numa cidade como Campinas, apenas um está ligado a roubo. Os outros 14 são resultado de brigas no bar, desentendimentos entre familiares ou no trânsito. (Veja-se FSP, 25/1/87, pag. A-26).

O buraco, portanto, é muito mais em baixo e em cima. Daí a grande dificuldade de sair das armadilhas de planos para combater o problema apenas no horizonte de uma sociedade não capi-

talista, não regida pela busca incessante da maximização do lucro; ou de alternativas institucionais, que se perdem no emaranhado da burocracia e dos fortes interesses criados, pelos quais as instituições totais têm resistido e se multiplicado.

Situando-se no centro de reprodução do mecanismo da nossa sociedade, tanto as crianças e os jovens, quanto a família, refletem, na sua doença, a enfermidade geral do corpo social que os engendra e engloba. Seu caráter radical exige soluções radicais — não extremistas, mas radicais, isto é, que ataquem suas raízes. Além de ter que se enfrentar as gerações comprometidas já hoje, como produto de um tipo de sociedade que os exclui de suas funções institucionalizadas, relegando-os à vida marginalizada.

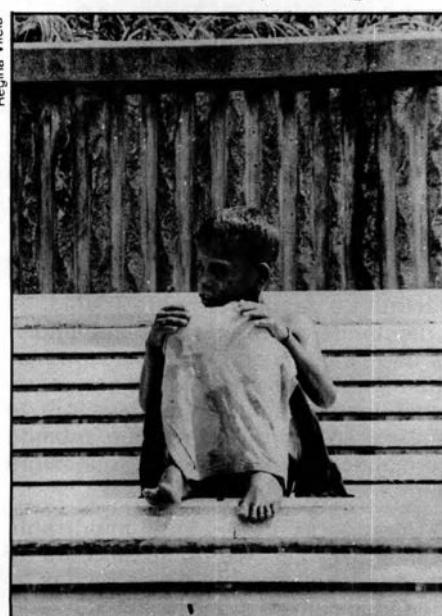
Em um livro que será publicado pela Brasiliense no mês de abril deste ano, sob o nome *Os nossos guris: crianças ou menores?*, junto com a ex-presidente e ex-diretora técnica da Febem, Maria Ignês Bierrembach e Cyntia Figueiredo,

Regina Vilela



Propostas do tipo "limpar as ruas" são as mais comuns para solucionar a "questão do menor".

Regina Vilela



escrevemos um balanço das tentativas que fizemos, junto com dezenas de outras pessoas, de democratização da Febem de São Paulo. Na parte que me correspondeu, tentei sintetizar algumas propostas que poderiam avançar na resolução dos problemas, e que reproduzo a seguir:

a) Criação, pela Assembléia Nacional Constituinte, de um **serviço civil alternativo** ao atual serviço militar obrigatório, em que jovens dos dois sexos se dedicarão, durante alguns meses do ano, a trabalhos sociais na comunidade, em programas de educação, saúde, habitação, esporte, lazer, cultura, coordenados por organismos do Estado, instituições universitárias e associações da comunidade. Assim, a metade da população jovem, que recebe bens fundamentais da sociedade, se dedicará a apoiar o desenvolvimento da outra metade, iniciando-se por uma campanha de alfabetização massiva.

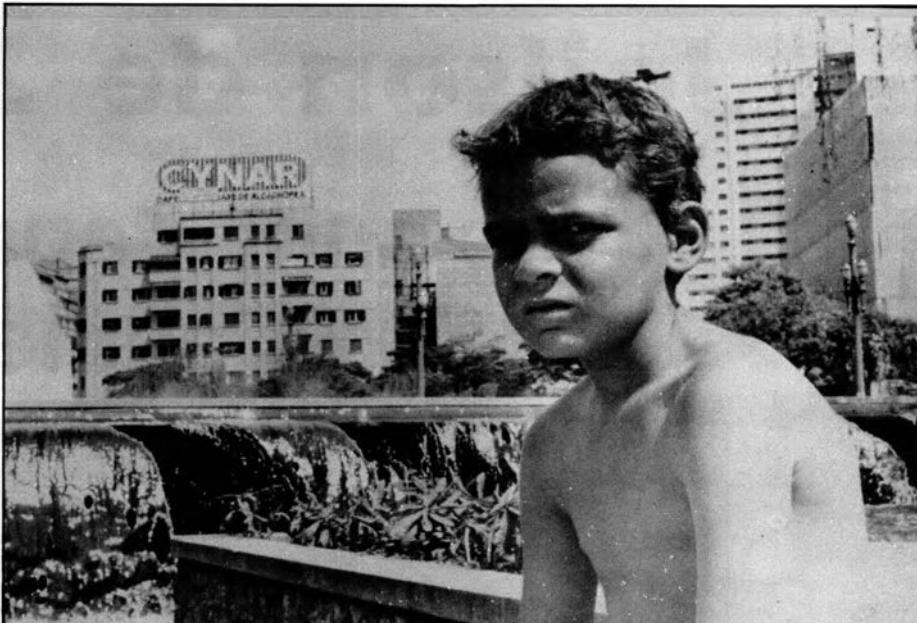
b) Término das Funabens, Febens, e Feens — elefantes brancos — e sua substituição por pequenas unidades descentralizadas — para no máximo 30 crianças — no seio da própria comunidade, coordenadas por organismos do Estado e entidades locais, como centros abertos de educação, lazer, esporte e moradia para as crianças e jovens abandonados.

c) Criação de espaços de vivência, lazer, educação informal, cursos profissionalizantes, esporte, nas comunidades, para os chamados "meninos de rua", terminando com a mentalidade de "limpar as ruas". Criação, junto com as empresas, escolas, associações civis, desses espaços. As empresas, da mesma forma que cuidam de certos jardins públicos e põem uma tabuleta com seu nome, deveriam fazer o mesmo com as crianças pobres de suas comunidades. Receberão isenção de impostos. Criar a mentalidade de que todos, toda a sociedade, é responsável pelas crianças e jovens carentes e abandonados.

d) Terminando com a política de internação sistemática dos menores em instituições fechadas, dedicar-se, com técnicos especializados, àqueles já estruturados na vida criminal — que não passarão de algumas dezenas ou centenas — na perspectiva de sua ressocialização, em contacto com a comunidade.

e) Obrigar a todas as empresas — a começar pelas do Estado — a cumprir a lei no caso da obrigatoriedade das creches infantis para as mães trabalha-

Regina Vieira



A problemática do menor se refere à sociedade como um todo.

doras. Ampliar a faixa de idade das crianças.

f) Criação de **serviços sociais** em todos os principais organismos do Estado que se vêem às voltas com os menores — Polícia Civil, Polícia Militar, ferrovias, metrô, etc. — encarregados de dar encaminhamento social aos problemas das crianças e jovens com que se relacionam, sem buscar soluções de internação e coibindo drasticamente a violência que atualmente praticam contra esses menores.

g) Modificação do atual **Código de Menores**, terminando com a prisão cautelar, que não existe nem para os maiores. São formas de estigmatização dos menores pobres e mais especialmente dos negros — presos como suspeitos, sob acusações de "perambulação", "vagabundagem" e, em geral, "situação irregular"; depois de haver feito da situação da maioria dessa geração uma forma de vida "irregular", ainda que majoritária, dado que 8 milhões de crianças em idade escolar não comparecem às escolas do país. Obrigar os juízes de menores a efetivamente atender aos menores, diretamente, conversar com eles e encaminhá-los para os espaços de vivência, em lugar do atendimento da violência policial, da arbitrariedade judicial e da internação.

h) Criação de **Delegacias de Proteção ao Menor** — nos mesmos moldes da de proteção à mulher — onde as crianças e jovens possam denunciar as violên-

cias que sofrem (em casa, na rua, da polícia, da Justiça, na Funabem-Febem-Feem, nas escolas, nos bairros, etc.), inclusive com serviço de atendimento telefônico.

i) Legalização do jogo do bicho e destinação dos recursos necessários aos programas mencionados. Busca de financiamentos em organismos e fundações internacionais.

j) Criação de centros de formação de pessoal para o trabalho com crianças e jovens abandonados e infratores nas universidades, mediante convênios com órgãos do Estado, para pessoal de entidades policiais, judiciais e todas as demais que trabalham com menores, em instituições fechadas ou diretamete nas comunidades.

Se não conduzem à resolução radical da questão, pelo menos contribuem para que a sociedade assuma como seu, o mais escandaloso dos problemas que ela mesma gera e reproduz cotidianamente. E para que se perceba que, na forma de tratar a maioria das crianças e jovens deste país — e não apenas no carinho restrito e egoísta do recôndito familiar — se delata a forma como se trata o futuro, senão o próprio, pelo menos o do país.

Emir Sader é professor universitário e integrante da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

Joilson de Jesus

Três anos depois, a violência aumentou

Agência Folhas.



Populares observam o corpo do menino assassinado.

Cleide Silva

"Estamos envolvidos até o pescoço pela sujeira: quando um animal mata lentamente um menino, numa rua movimentada, sem que ninguém tenha coragem de interferir, é porque somos todos culpados".

Tarsó de Castro (13/12/83)

A lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, instituiu o Código de Menores. Este código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores abandonados, delinqüentes, vítimas etc. A lei levou o jurista Dalmo Dallari a dizer que no código brasileiro não existe lugar para a criança, só há o menor. E o cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, completa: "filho de rico é criança, filho de pobre é menor".

Dados estatísticos de 1985, portanto com um ano de defasagem, indicam que existem no Brasil cerca de doze milhões de menores abandonados — pelas famílias, que não têm condições de

alimentá-los; pela lei, que não os protege; pela sociedade, que não os acolhe porque são considerados marginais.

Soluções repressivas, no intuito de acabar com esses marginais, tem sido o método mais utilizado nos últimos anos. Mas isso está longe de resolver o problema. Um exemplo cruel da situação de descaso em que se encontra grande parcela da infância brasileira foi o fato ocorrido, em 1983, quando um garoto de quinze anos foi assassinado, em plena luz do dia, no centro da cidade de São Paulo, com o aval da maioria das pessoas assistentes do episódio.

Justiça classista

Joilson de Jesus era mais um do grande contingente de menores que sobrevivem por teimosia. Vendia "santinhos" em frente à Catedral da Sé, em São Paulo, e era assistido pela Pastoral do Menor, entidade ligada à Igreja Ca-

tólica que presta serviços a menores, geralmente egressos da Febem, no sentido de providenciar documentos, encaminhar a empregos ou estadia provisória.

Com certeza o trabalho honesto de Joilson não era suficiente para ajudar no sustento de seus três irmãos, na época com um, onze e doze anos. Filho de mãe favelada - Iraci Madalena de Jesus, doméstica, abandonada pelo marido - o menino, segundo os jornais noticiaram, sonhava matricular-se em uma escola primária e conseguir dinheiro para comprar um barraco para a família.

Quando no dia 09/12/83 Joilson de Jesus saiu correndo pelas ruas da cidade com uma correntinha de ouro nas mãos, tirada do pescoço de uma senhora, provavelmente não sabia que a sociedade não admite que os menos favorecidos busquem soluções mais rendosas e garantidas para a penosa vida que levam. Ao passar pela rua Sen. Paulo Egídio,

próximo à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o "trombadinha", como são chamados, foi agarrado pelo procurador do Estado, Jéferson Pires de Azevedo Figueira que o derrubou no chão e pisoteou-o até a morte, aos gritos da multidão que dizia "lincha", sob os protestos de apenas duas moças.

Qual seria a pena instituída pelo Código do Menor para uma criança que comete o crime de desafiar a sociedade que pendura cordões de ouro no pescoço de uns e deixa outros tantos morrerem de fome? Um membro da justiça, portanto responsável pela proteção aos cidadãos, covardemente mata um menino e, após ser condenado à prisão domiciliar é absolvido por "insuficiência de provas".

"Nossa justiça é classista. Nunca um promotor será condenado porque matou uma criança pobre" - afirma o padre Júlio Lancelotti, coordenador da Pastoral do Menor. Passados esses anos, a situação do menor, assim como da violência, não mudou. "O Joilson continua morrendo", ressalta Lancelotti, "em São Paulo um jovem morre por dia, pela polícia ou por grupos". Somente da Semana Ecumênica do Menor, promovida pela entidade no mês de outubro deste ano, foram constatados 151 assassinatos de menores no país.

No dia desta entrevista, padre Júlio voltava de uma visita à sepultura de Joilson e disse que a terra estava seca, sem nenhuma flor. "Acho que isso mostra que a situação do menor continua seca, sem nenhuma esperança". Nessa mesma data, o coordenador da Pastoral do Menor também esteve na Febem, assistindo o caso do recente espancamento à menores da favela Heliópolis, periferia de São Paulo, praticado por policiais, gravado e exibido pela Rede Globo. Os três policiais responsáveis pela agressão foram expulsos da corporação, mas o que acontece com os fatos que não são mostrados pela TV? Que fins levaram os casos das crianças mortas por roubo de uma melancia, de goiabas e mesmo aquela que morreu electrocutada ao encostar-se em uma cerca de residência?

O cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, que na época do assassinato de Joilson foi acusado, principalmente pelo radialista Afanásio Jazadji e pelo jornal "O Estado de São Paulo" de apoiar a violência e incentivar marginais, declara que abordou os últimos governadores do Estado de São Paulo (Paulo Egídio, Paulo Maluf e Franco

Montoro, respectivamente) e não obteve nenhuma solução para o abandono e descaso da situação do menor.

A Campanha da Fraternidade este ano, que tem como tema "O Menor e a Fraternidade", na opinião de d. Paulo Evaristo deve discutir quais são as causas do abandono da criança e quais as possibilidades oferecidas pela sociedade para que ela realmente possa ser criança, possa brincar e até aprender um ofício. "O país tem possibilidade para tanto", afirma ele, acrescentando que o reconhecimento da dignidade do menor e a luta por isso é mais importante do que a luta contra a bomba atômica ou contra qualquer outra coisa no mundo "porque os que atacam a criança realmente são os mais egoístas desse planeta, e estes sim um dia vão sentir que não valeu a pena eles viverem".

Desafio

"O difícil desafio é a gente continuar tendo esperança de que é possível mudar esta situação", diz Júlio Lancelotti. Para ele, a nova Constituição será conservadora e não estará preocupada com os pobres, negros, menores. A truculência entrou por dentro das pessoas e estamos vivendo numa "sociedade felicida — que mata seus filhos" — o que leva Lancelotti a afirmar existir apenas dois caminhos: "o de vida nova para os menores e para nós, ou a morte", porque a violência tende a aumentar.

Cleide Silva é jornalista. Trabalha atualmente na Agência Ecumônica de Notícias (Agen) e no jornal "O São Paulo".

Agência Folhas



Joilson de Jesus

Agência Folhas



E a violência continua...

Agência Folhas

Nós, cidadãos brasileiros, membros da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança - provenientes dos mais diversos setores sociais, categorias profissionais e convicções filosóficas, políticas e religiosas - reunidos em Brasília, de 21 a 25 de outubro de 1986, por ocasião do IV Congresso "O Menor na Realidade Nacional", neste limiar da eleição do Congresso Constituinte, que terá por função reconstruir no plano jurídico a vida democrática nacional, considerando que o maior patrimônio de uma nação é o seu povo, e o maior patrimônio de um povo são as suas crianças e jovens, proclamamos à consciência da nação brasileira como um todo, e dos legisladores constituintes em particular, os seguintes princípios:



Regina Vilela



SEGUNDO:

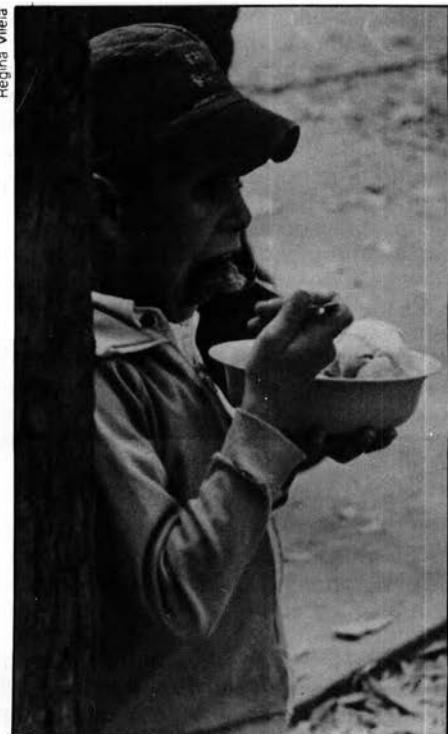
Que o direito inalienável da cidadania, em suas dimensões civil, política e social, seja efetivamente ampliado e garantido a todas as crianças e jovens, enquanto credores de compromissos, responsabilidades, deveres e obrigações por parte do Estado e da sociedade.

TERCEIRO:

Que o novo modelo de desenvolvimento, a ser adotado e gerido pela nação, seja centrado na pessoa humana e fundamentado nos princípios de eqüidade e justiça social, orientando-se no sentido de criar amplas possibilidades de emancipação política e econômica e de promoção social e cultural do conjunto dos cidadãos, e não apenas de alguns segmentos sociais.



Regina Vilela



PRIMEIRO:

Que a nova Carta incorpore e consagre os princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança

aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, com o voto do Brasil, em 20 de novembro de 1959, assim como estabeleça as garantias de sua plena vigência em nosso país.

QUARTO:

Que a nova Constituição estabeleça as bases para uma ampla reforma democrática do Estado brasileiro - nas esferas federal, estadual e municipal - implicando um profundo reordenamento institucional, com a revisão de concepções, métodos e processos nas relações intra e extra-governamentais, no que diz respeito à garantia dos direitos básicos do cidadão-criança e do cidadão-adolescente.



Regina Vilela



Regina Vilela



Regina Vilela

QUINTO:

Que os movimentos e entidades da sociedade civil comprometidos com a promoção e a defesa dos direitos básicos da infância e da adolescência sejam formalmente considerados interlocutores válidos, representativos e legítimos nas questões que dizem respeito aos destinatários de sua ação: a criança e o jovem.

SEXTO:

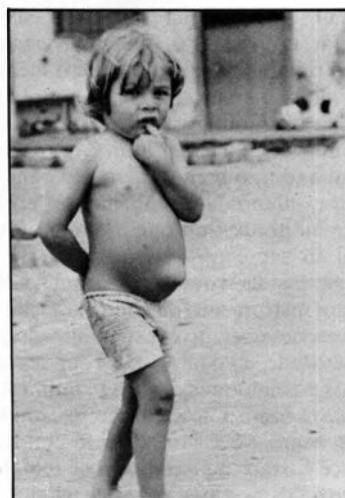
Que seja consagrado na nova Carta, como direito de todas as crianças e jovens, o acesso às políticas sociais básicas de educação, saúde, alimentação, habitação, transporte, lazer e cultura - e, na idade e em condições convenientes, também de trabalho.

SÉTIMO:

Que sejam destinatários de leis e programas especiais as crianças e os jovens em situações sociais adversas, tanto pessoais (deficiência física ou mental) como sociais (abandono, negligências, infração penal e outras) - assim como os adultos deficientes mentais -, garantindo-se-lhes assim os seus direitos de pessoa humana e de cidadãos, através de programas especiais de assistência e proteção.

OITAVO:

Que se consagre, como princípio estruturador das políticas sociais, que o município, ao nível do poder público, e a comunidade local, ao nível da sociedade civil, são as instâncias adequadas de operacionalização dos programas destinados às crianças e aos jovens. Assim, deve caber à União traçar as grandes diretrizes e estabelecer as prioridades, à unidade federada adequá-las às realidades estaduais e supervisionar sua implementação, e ao município executá-las, com a vigilância e a participação legalmente formalizadas das comunidades locais.



Regina Vilela

NONO:

Que, sendo a família, a escola e a comunidade local o espaço vital do desenvolvimento harmônico e pleno da criança e do jovem, a nova Constituição consagre claramente o papel central desses três níveis de organização da vida quotidiana, e determine a criação de condições que lhes possibilitem desempenhar plenamente as suas funções no desenvolvimento pessoal e social da infância e da juventude.

Assim, nesta esperançosa véspera de nova Constituição, **conclamamos**:

a) Os futuros legisladores constituintes a corresponderem aos anseios nacionais de resgate pleno da cidadania, nascidos do maior movimento de massas e da maior mobilização patriótica da nossa História, a qual possibilitou a transição pacífica para o regime democrático;

b) E a todos os cidadãos brasileiros a aprofundarem a organização e a mobilização em torno dos ideais de construção de uma Pátria livre, soberana, fraterna e socialmente justa, que assegure a cada criança o direito de ser criança, e a cada jovem o direito e as condições de olhar sem medo para o seu futuro — o futuro da nação brasileira.



Xico Santos

Quem tem medo do menor?

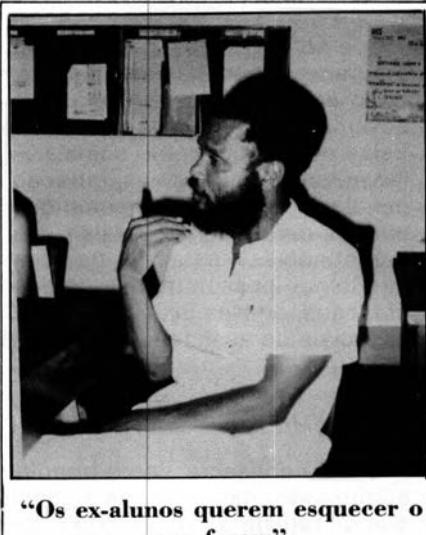
1987 é um ano desafio. Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, inaugura-se uma etapa crucial da história política brasileira. A sociedade busca redefinir-se através da revisão de seus princípios básicos. Nesse contexto afloram intensos debates em torno dos principais problemas que o país enfrenta. Entre eles, sem dúvida, a questão do menor, devido a sua complexidade e premência, destaca-se com especial contorno. Num momento em que tanto se discute os direitos do cidadão, é impossível fazer vista grossa a um quadro em que milhões de crianças estão destituídas dos seus direitos básicos. Há uma necessidade mais do que urgente de se rever as bases do nosso sistema oficial de atendimento ao menor, suas falhas e contradições. Nesse sentido, o depoimento de Ivanir dos Santos, contido nessa entrevista, adquire especial importância, pois toca exatamente nas feridas desse sistema.

Por ser um indivíduo cujo a trajetória esteve bastante marcada pela condição de "menor", já que aos 4 anos ele já havia sido "recolhido" ao SAM e mais tarde a Funabem, Ivanir possui uma experiência muito profunda no que diz respeito aos problemas enfrentados pelos internos dessas instituições, suas expectativas e frustrações dentro e fora delas. Atualmente ele é presidente da Asseaf (Associação dos ex-alunos da Funabem) tendo sido um de seus fundadores.

Aqui ele nos fala das suas convicções e de seus objetivos como membro da Asseaf, traçando-nos um panorama sensível a respeito da realidade do chamado menor abandonado e apontando para a necessidade inequívoca de reestruturação da atual política de atendimento ao menor.

T e P — O que é ser um ex-aluno da Funabem?

Ivanir — Eu acho que para entendermos o que é ser um ex-aluno da Funabem, nós temos que entender primeiro o que é ser menor numa sociedade como a nossa. Segundo, nós temos que entender além do que é ser um menor, como nasce a questão da menoridade na sociedade, como é que o Estado se organiza para fazer frente a esta questão, a esta demanda. Nós compreendemos que existem duas categorias na sociedade: a



"Os ex-alunos querem esquecer o que foram".

categoria *menor* e a categoria *criança*. Costumamos dizer que a criança é lourinha dos olhos azuis, toma leite Ninho, usa fralda Johnson e brinca com brinquedos Estrela. Quando dizemos "menor", geralmente dizemos negros, mulatos, descendentes de nordestinos, quer dizer, os mestiços, filhos de desempregados que moram em favelas e periferias das grandes cidades, pessoas que vêm do êxodo rural. Menor, na verdade, é uma categoria jurídica, que deveria ser aplicada a todos aqueles com idade abaixo de 18 ou 21 anos. Na verdade, tornou-se um esteriótipo de um segmento da população. Você vai reparar, por exemplo, que na propaganda que os Trapalhões fizeram sobre o menor abandonado, a maioria dos que apareciam eram crioulos e mulatos. As crianças, na propaganda sobre a Constituinte, são todas brancas; agora, o menor é crioulo e mulato. Ser um ex-aluno da Funabem é ser crioulo, pobre ou nordestino que mora em favela, que vai ser sub-empregado, ou mão de obra desempregada - com um agravante: a Funabem é um instrumento de controle social, um instrumento coercitivo, estigmatizado perante a sociedade, da qual você sai em desvantagem. Nós costumamos dizer que numa sociedade racista como a nossa, é complicado você nascer negro, você já está meio condenado; se você é negro e favelado, você tem duas condenações; se nasce negro, favelado e mulher,

você está meio lascado; se for negra, favelada, mulher e ex-aluno da Funabem, você pode logo morrer; se for negro, favelado, mulher e ex-presidiário não precisa nem existir, você está de fato condenado, porque numa sociedade capitalista como a nossa, que se estrutura em cima da competição, do individualismo, criam-se mecanismos de seleção natural muito rigorosos.

T e P — Você acha que a Funabem segregava?

Ivanir — Curiosamente, não existe na Funabem a chamada integração social a que muitos se referem, pois, na verdade, a instituição é criada para segregar. A Funabem já é um instrumento estigmatizado, e isto pode ser percebido quando você pergunta à população o que é a Funabem. Para todo mundo é um presídio. Só o Estado tenta negar isto, dizendo que é um órgão de proteção. Ela, de fato, é um instrumento que equivale um pouco aos presídios, aos manicômios. Não é à toa que uma grande população carcerária passou pela Funabem. Quando estive na Juliano Moreira, para um debate, disseram que quase 70% dos que ali se encontravam eram ex-alunos da Funabem.

T e P — Quais as diferenças fundamentais entre o SAM e a Funabem?

Ivanir — Em 1941, devido à discussão da criminalidade, Getúlio Vargas cria o SAM, o Serviço de Assistência ao Menor. Curiosamente o SAM é então ligado ao Ministério da Justiça, e é organizado em todo o país; cria-se um sistema nacional de atendimento ao menor. Claro que com uma preocupação de coerção e controle. Há uma proliferação das escolas agrícolas em todo o país. A diferença fundamental é que o SAM pertencia ao Ministério da Justiça e a Funabem ao Ministério da Previdência Social. Um não tinha dinheiro e a outra tem mais dinheiro e mais técnicos. A diferença de atendimento é quase nenhuma, mas eu diria que o SAM possuía um atendimento mais humanizado. A maioria dos ex-alunos que a Funabem exibe como seus, que têm sucesso, todos pertencem ao SAM. No meu caso, como de outros companheiros, que estiveram no SAM e também permaneceram algum tempo na Funabem, é como se você saísse do inferno e caísse num oásis. Houve uma mudança de qualidade material, mas a melhora do atendimen-

to efetivamente não houve. Na verdade, a Funabem escamoteia a realidade da criança, já que ela oferece determinadas condições que não serão encontradas em sua vida fora da instituição. Por exemplo, na Funabem há campo de futebol, piscina, oficina de trabalho... e fora dela, nada disto é encontrado. É ai que, de fato, o indivíduo tem que lutar, quase sem recursos, pela sua sobrevivência.

Eu, como educador, quero saber como se educa uma criança com quatro salários mínimos - e isto no discurso oficial da Funabem - e depois coloca-se esta mesma criança numa sociedade para ser operária e ganhar um salário mínimo. É basicamente isto que acontece na Funabem. Inclusive o pessoal tem uma piada muito interessante: "o problema do menor acaba, é só completar 18 anos", pois a própria instituição diz que a partir dos 18 anos este problema já não é mais dela, o aluno deve saber aproveitar o atendimento que recebeu. Mas a instituição nunca se perguntou se este é um atendimento efetivo, montado para aquela população.

T e P — Gostaríamos que você falasse de trajetórias possíveis de ex-alunos, para tentarmos compreender por que alguns são operários, outros funcionários da Funabem...

Ivanir — Alguns ex-alunos puderam passar por um curso superior e adquiriram alguma consciência política. Estes, em geral, conseguem uma certa penetração na sociedade. É curioso que existam vários ex-alunos que hoje estão numa boa situação e que não assumem a sua condição de ex-alunos da Funabem. Querem esquecer a qualquer custo esta experiência, que supostamente os equivaleria à condição de um ex-presidiário. Na verdade, a maioria dos que saem da Funabem, provavelmente se tornarão operários mal pagos ou mesmo bandidos. E um dado importante que se observa é o índice enorme de ex-alunos, que não eram infratores quando menores, e que neles se transformaram quando maiores.

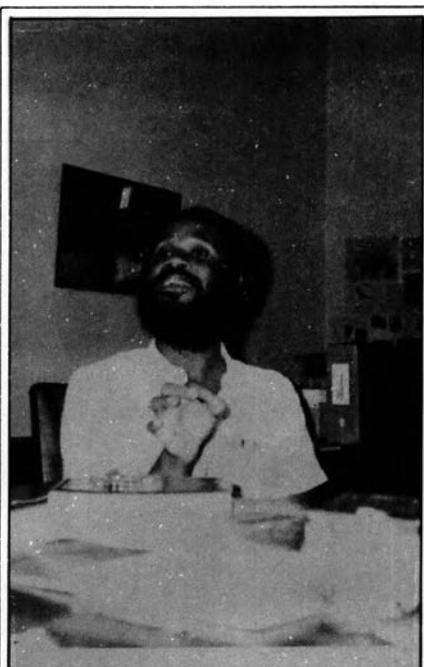
T e P — Gostaríamos que você falasse sobre a ausência da família para os menores?

Ivanir — Um dado importante de se verificar é o fato de que o Estado vende a ideia dos menores abandonados; não é nada disso. Se o menor está abandonado é pelo Estado, pois 90% das crianças que estão dentro da Funabem têm um responsável; não são abandonadas. Elas não têm a chamada família burguesa; pai, mãe e espírito santo, que é a família vendida ideologicamente para nós. Mas têm lá a família delas.

T e P — Então, qual a seu ver é o papel da instituição?

Ivanir — Veja bem, a instituição, na verdade, despersonaliza, este é o papel dela, se não ela não teria a eficácia que tem. E ela não só despersonaliza, como também desestabiliza. Uma grande necessidade dos ex-

alunos é ficar atrás da mãe o tempo todo como eu fiquei, ou atrás do pai. Acho que isso é normal. Quando você vai atrás deles, você vai atrás de um referencial mínimo para tentar se organizar. Eu acho que o papel da Funabem, assim como o da instituição psiquiátrica e o do presídio, é o de te afastar do convívio, não só da relação com a família, mas da relação com a própria sociedade.



"Ser um ex-aluno da Funabem é ser crioulo, pobre ou nordestino, que mora em favela, que vai ser mão-de-obra subempregada ou desempregada".

T e P — Então, o fato do ex-aluno ter uma família fora, pode ser tido como um fator importante para que ele obtenha uma melhor colocação na sociedade?

Ivanir — Na verdade a maioria dos ex-alunos que tiveram alguma ascensão, largaram a relação com a família. O ex-aluno, quando sai da instituição, pensa poder recuperar economicamente a sua família; e esta, por sua vez, acredita que a sua estada na Funabem foi um certo investimento feito para tirá-la da pobreza. Chega-se a um determinado momento, em que há uma quebra de expectativas e o ex-aluno, muitas vezes, rompe com a sua família. A maioria dos companheiros que nós conhecemos não conseguiu resolver seus conflitos familiares; muitos ficam bastante ressentidos pelo fato de terem sido internados. Portanto, o que se vê é que são raros os casos em que o indivíduo se relaciona bem com a sua família, fora aqueles em que a mãe visitou, esteve mais presente, o que modifica um pouco este qua-

dro. Me parece que aqueles que esqueceram a família e passaram a lutar por si mesmos, para se manterem, foram os que na verdade obtiveram maior projeção.

T e P — Existe alguma forma de resistência na Funabem com relação a esta despersonalização que ela infunde aos seus alunos?

Ivanir — Há uma luta interna muito grande, que as pessoas desconhecem. Eu, por exemplo, sempre organizei grêmio na escola, fiz um jornal de oposição à direção com alguns companheiros. Há uma questão muito séria que os alunos da Funabem têm que enfrentar, que é a da sua própria identidade, já que a instituição tenta massificá-los todo o tempo. Nesse sentido, o apelido se constitui, para estes indivíduos, numa das principais formas que eles encontram de resgatar a sua identidade, pois à uniformidade dos números e da massa, contrapõe-se a peculiaridade dos apelidos. Na minha época, vendia-se pelé (bala de chocolate), mariola. Comprava-se essas coisas escondido e os que as vendiam conseguiam algum dinheiro para ir ao cinema e sair no final de semana. Era uma espécie de economia subterrânea. Portanto, existem jogos, brincadeiras e artesanatos criados pelos próprios alunos, mas há também, como naquele caso, uma série de relações que estão submersas, que não aparecem no conjunto geral da instituição.

T e P — O fato de você ser um ex-aluno da Funabem já pode ser considerado como um estigma. Como estes indivíduos, desvinculados de suas famílias, conseguem ascender?

Ivanir — A Funabem tinha uma intensa ligação, durante a década de 60 e 70, com o militarismo. Muitos foram servir o exército e outros servir a aeronáutica; isso foi uma ponte para a sua ascensão. Em geral, o cara que consegue passar por uma universidade, formar uma família, também possui uma mediação maior com a sociedade e acaba construindo alguma coisa. Há muitos casos de companheiros nossos, que rasgam o diploma da Funabem e tentam fazer uma 8ª série de novo, um supletivo, para tentarem perder esse encargo. Há todo um ritual em que você começa a tentar se despir da sua condição de ex-aluno. O que nós da Associação percebemos, é que isso é uma bobagem, isso não contribui para um questionamento mais geral da sociedade. Dizer que eu sou ex-aluno da Funabem não visa uma auto-promoção, no sentido que as pessoas se compadeçam de um cara, ou negro, ou filho de prostituta e fiquem admirados de "como ele conseguiu ascender". O que nós queremos, com a afirmação desta identidade de ex-aluno, é muito mais por em xeque uma política oficial, é compreender a problemática de um determinado setor da sociedade. Isso é muito mais importante: o poder de questionar.

T e P — Você acha que a Funabem é eficaz com relação a certos princípios básicos que ela possui? Como você vê a questão da profissionalização?

Ivanir — Nós temos que observar que o sistema de internato no Brasil está falido. Quanto à questão da profissionalização, existe a consciência de que o cara que sai da Funabem sabe pelo menos apertar uma porca, ou seja, ele vai engrossar as fileiras do exército industrial de reserva. Por outro lado, existe uma grande contradição entre a condição do menor e a situação da criança, por-

T e P — Mas a Funabem não escolariza, não tem essa função?

Ivanir — A Funabem tem muito mais uma função coercitiva. O papel dela é claro, se não ela estaria vinculada ao Ministério da Educação. Por outro lado, num país em que 3% da população fica cada vez mais rica e a grande maioria fica cada vez mais pobre, há a necessidade de se criar mecanismos que façam frente à desorganização de um setor que cresce desmesuradamente e que foge às regras de controle institucional. A Funabem, nesse sentido, constitui-se num desses meca-

rem. Eles me diziam que faltava um instrumento de apoio, então eu saí dali determinado a criar um órgão que pudesse amparar o ex-aluno.

A Funabem tentou comprar a idéia, porque ela viu ali um instrumento de propaganda, mas quando reunimos uns 70 ex-alunos num primeiro papo, ela percebeu que todos se mostravam ressentidos com a Funabem. Então ela não cedeu mais espaço para reuniões e eu comecei a ganhar uma série de apelidos. Fui muito perseguido, mas persisti e as pessoas realmente reconhecem o grande esforço que empreendi e dão valor ao meu trabalho. É claro que a Associação não poderia se construir se outros companheiros não tivessem contribuído e ajudado. É bom lembrar que ela foi fundada em 80 e vai completar seis anos de existência, agora em 23 de fevereiro. De fato, a sua conotação inicial foi de amparo. Só depois nós começamos a trabalhar no sentido de interferir politicamente, de a efetuarmos em instrumento de conscientização, de discussão do problema do menor. Aliás, não só do menor, mas da criança expliada, já que "menor" é uma categoria jurídica e eu não quero alimentar este discurso; trata-se da criança destituída de seus direitos básicos.

Nós buscamos uma articulação com o Movimento Negro, para se compreender que esta questão também é uma questão racial, com o Movimento Favelado e temos tentado um trabalho com o Movimento das Mães Solteiras, já que muitos de nós somos filhos de mães solteiras. É bom lembrar que a Associação foi criada muito através da cerveja, como as coisas populares são. Ela era muito um espaço para se rever os velhos amigos, para se saber notícias do que morreu, do outro que virou bandido, enfim, era muito uma relação de velhos irmãos. Portanto, ela foi criada num espírito de confraternização e hoje se constitui num movimento autônomo, que não possui grandes assessores na direção.

Agência Folha



A Constituinte trará soluções?

que em qualquer lugar do mundo criança não trabalha, pressupõe-se que a criança deva estar na escola. Essas crianças tinham que estar aprendendo a ler, a escrever e a Constituição diz isso. Nós continuamos mantendo um internato para o setor popular, mas como uma forma de controle social. Ele é muito mais uma forma coercitiva, do que efetivamente uma contribuição. Eu não acredito que internato nenhum nesse país vá resgatar a dignidade dessas crianças. Isso está em jogo. Isto está na própria declaração das liberdades e direitos das crianças e nesse caso, a primeira coisa que você faz é tomar dela a sua liberdade. Se se acabar com a Funabem e se criar uma estrutura similar, ela vai explodir daqui a vinte anos, da mesma forma. As medidas nesse sentido são muito burocráticas, e o problema não é burocrático, é um problema do governo, de uma política social mais ampla.

nismos. Eu acredito que, por mais que a Funabem possa se aprimorar, quem realmente prepara a mão de obra para o mercado de trabalho é o Senai e o Senac. Para a sociedade, ter sido da Funabem significa que eu fui ou serei um criminoso no futuro. A Funabem, por mais que ela possa cumprir bem o seu papel, ela é um órgão de controle e não um órgão de promoção do indivíduo.

T e P — Será que você poderia resgatar para nós um pouco da história da Asseaf? Como surgiu a idéia de formá-la?

Ivanir — A Associação nasce, pelo menos na minha cabeça, com uma visita que eu faço à Ilha Grande. Eu vou ver um padrasto, para saber da história da minha mãe, e percebo que vários companheiros que tinham sido alunos junto comigo no SAM e na Funabem, e que não eram infratores quando estavam lá dentro, haviam se tornado ao saí-

Eu acho que a base que a Associação deve possuir é a base da simpatia que ela pode criar no movimento estudantil, no movimento favelado, no movimento negro etc... É muito mais com esses aliados que nós contamos para a luta imediata, que é a do arroz, a do feijão e aonde vai dormir amanhã. Então, muito mais do que formar uma casa caritativa, nós queremos forçar politicamente o Estado a reconhecer de fato os direitos do cidadão. É nisso que se pauta a Associação.

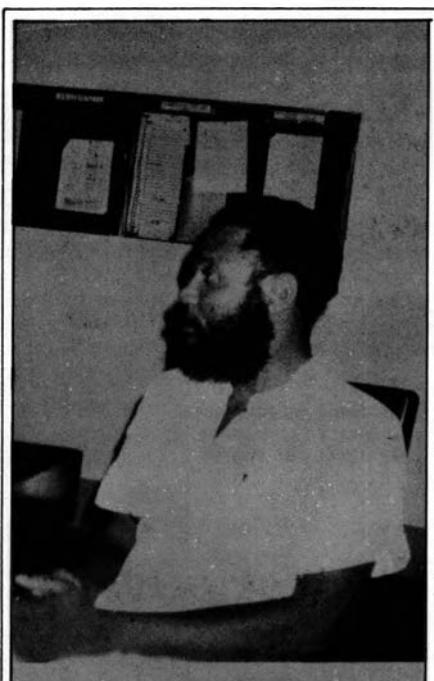
Ela hoje deu um passo importante criando um Centro de Documentação, que vai permitir a discussão sobre toda ideologia do movimento, e que estará aberto a todos os interessados em geral. Nós queremos criar, a partir de março, um espaço de uma vez por semana, para um debate sistemático sobre a questão do menor que permita uma discussão mais permanente entre as pessoas inte-

ressadas em contribuir de alguma forma buscando caminhos e soluções. Existem duas atividades que, para nós, são de fundamental importância: uma é o Encontro de Jovens da Favela e Periferia, que a Associação promove (pretendemos realizar o segundo este ano) e a outra é o que nós chamamos de "Passeato", que é a nossa manifestação de rua. Esse ano nós pretendemos fazer essa manifestação em cima de um movimento que propomos e que se chama "Os Direitos Civis da Criança para a Constituinte". É importante lembrar que existem associações como essa em São Paulo, Florianópolis, no Rio Grande do Sul e algumas articulações para a sua criação na Bahia e no Mato Grosso do Sul.

T e P — Você acha que os CIEP's seriam uma alternativa ao sistema de internato mantido pela Funabem?

Ivanir — É verdade que os CIEP's têm uma característica importante: constituem um grande programa de prevenção ao abandono. Mas os CIEP's não são uma grande obra de educação, como o Brizola faz crer. Para mim, os CIEP's constituem uma grande obra de assistência social, eles são uma alternativa à Funabem; já que 90% das crianças da Funabem têm um responsável, você pode realmente colocá-las em CIEP's e assim elas podem voltar a dormir em suas casas. Eu acho que por pior que seja o seu barraco, o que importa é que elas possam continuar convivendo com a sua realidade. Se estou engajado na problemática do Menor Abandonado e comprehendo que os CIEP's são uma alternativa melhor que a Funabem, eu não posso fazer críticas radicais aos CIEP's sem entender que de fato, nesse campo, eles são uma obra de assistência e não uma obra educacional. A propaganda é feita claramente neste sentido: casa, comida e roupa lavada, só falta dormir lá dentro. Mesmo assim esse método é muito mais avançado do que o método conservador da Funabem, já que a criança está inserida na sua própria comunidade. Além disso os CIEP's resgatam a questão da própria escola, por pior e vago que seja o projeto educacional, trata-se de uma escola. Então muito mais do que o guri vender limão; ele vai comer, estudar na escola, vai aprender a ler livro, eu acho que é uma saída. A médio e a longo prazo nós teremos que buscar outras soluções. Mas a curto prazo os CIEP's são uma grande coisa que nós temos que defender e quem tiver sensibilidade de trabalhar no meio popular, deve compreender as questões populares, as necessidades que o movimento popular apresenta.

T e P — Como você vê esse movimento, mesmo que aparente, do Estado no que diz respeito a questão do menor? A gente tem visto na televisão, inclusive através da propaganda da própria Funabem, uma tentativa do Estado em explicitar essa problemáti-



"A Funabem não integra o ex-aluno à sociedade, ela é um instrumento estigmatizado".

ca, inclusive esses anúncios fazem um apelo direto à sociedade para que ela receba os menores, para que ela não os estigmatize, dê empregos, enfim, seja mais receptiva. E, por outro lado, o que você acha da CNBB ter escolhido como tema da Campanha da Fraternidade, esse ano, o tema do Menor?

Ivanir — Acho importante observar que em todo o momento de crise econômica dois discursos afloram na sociedade: um é o discurso da criminalidade e o outro é o do menor abandonado. O problema é que os setores mais conservadores usam esses discursos com mais competência do que os setores progressistas. Então, às vezes, só o fato de se falar muito sobre alguma coisa não é o bastante, mas se percebemos que esses discursos são poucos que unem a sociedade, ganhamos mais motivação para nos mobilizar. É impossível não ver que, alguns setores adotam um discurso totalmente distante da sua prática e, portanto, podem ser responsáveis pela mesma exploração que condenam. Por outro lado, a Igreja e a Globo sempre quiseram ser porta-vozes desse segmento. É claro que na CNBB existem setores avançados, que de fato têm algum compromisso. Acho que a Pastoral do Menor em São Paulo é um avanço, mas ela é totalmente diferente da Pastoral do Rio de Janeiro. Mas a CNBB tem o mérito de realmente abrir um espaço de discussão sobre a menoridade em todo o Brasil, resta saber como nós poderemos aproveitar este espaço e nos articularmos à essa discussão. Será que devemos criar e visitar or-

fanatos? Como discutiremos com as Paróquias, Universidades, enfim, como buscaremos uma maior interação com a sociedade? Por outro lado, não há interesse por parte dos órgãos do governo em consultar a Associação. O mais lógico seria que nós fizéssemos aquele tipo de propaganda que saiu na televisão. Mas é claro que a Associação tem críticas à Funabem e por isso ela nunca é consultada, já que não tem uma postura de legitimar a instituição. Eu passo muito o mito do cara que deu certo, que as pessoas admiram, e isso é o que elas querem ver e ouvir, mas não é isso que nos interessa, não é essa imagem que nós queremos passar. Eu acho que a Funabem deve fechar para balanço, já que em 20 anos ela não prestou para nada. Existem 36 milhões de menores abandonados no país, e ela atende a 550, ou seja atende a 3% da população.

T e P — O que você acha deste movimento de meninos de rua?

Ivanir — É outra conversa, ou seja, se não dá mais para lá dentro, então vamos controlar fora. Você continua mantendo os meninos no sub-emprego, diz que vai organizá-los quando eles já estavam organizados há muito tempo. Outra coisa é saber até que ponto essa ação alternativa não legitima muito mais as instituições, do que beneficia esses garotos. Você vai lá, põe o uniforme, um emblema do grupo e diz que organiza; eles sabem fazer conta, dividir seu dinheiro, isto você não precisa ensinar. Qualquer trabalho que se desenvolva junto a esta população vai ser importante na medida em que crie nela uma consciência política. No livro "O Mundo do Menor Infrator" há o depoimento de um garoto de 12 anos que diz que "Deus deveria fazer ou todo mundo rico ou todo mundo pobre, acontece que uns têm tudo e eu só tenho os meus braços para trabalhar". Essa frase é muito expressiva pois mostra que o garoto tem consciência de sua exploração. Eu gostaria de ver as pessoas peitarem uma passeata dos engraxates pedindo escola, recusando-se a engraxar e dizendo que querem ir para a escola. É por esta postura, que, nós, da Associação, estamos hoje, profundamente interessados em criar neste país um movimento que fale sobre os direitos civis das crianças. Nós não queremos a condição do menor, de pedinte: Essa criança tem que ser cidadã, ela tem que ter os seus direitos respeitados pelo Estado, e nós, a sociedade, temos que pressioná-lo neste sentido, para que esses direitos nunca deixem de ser cumpridos.

(Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - Nepi - da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estavam presentes: Maria Rosilene Barbosa Alvim (coordenadora do Núcleo), Anapaula Rocha, Ana Beatriz Braga, Eline Maia e Márcia Lahtermaier).

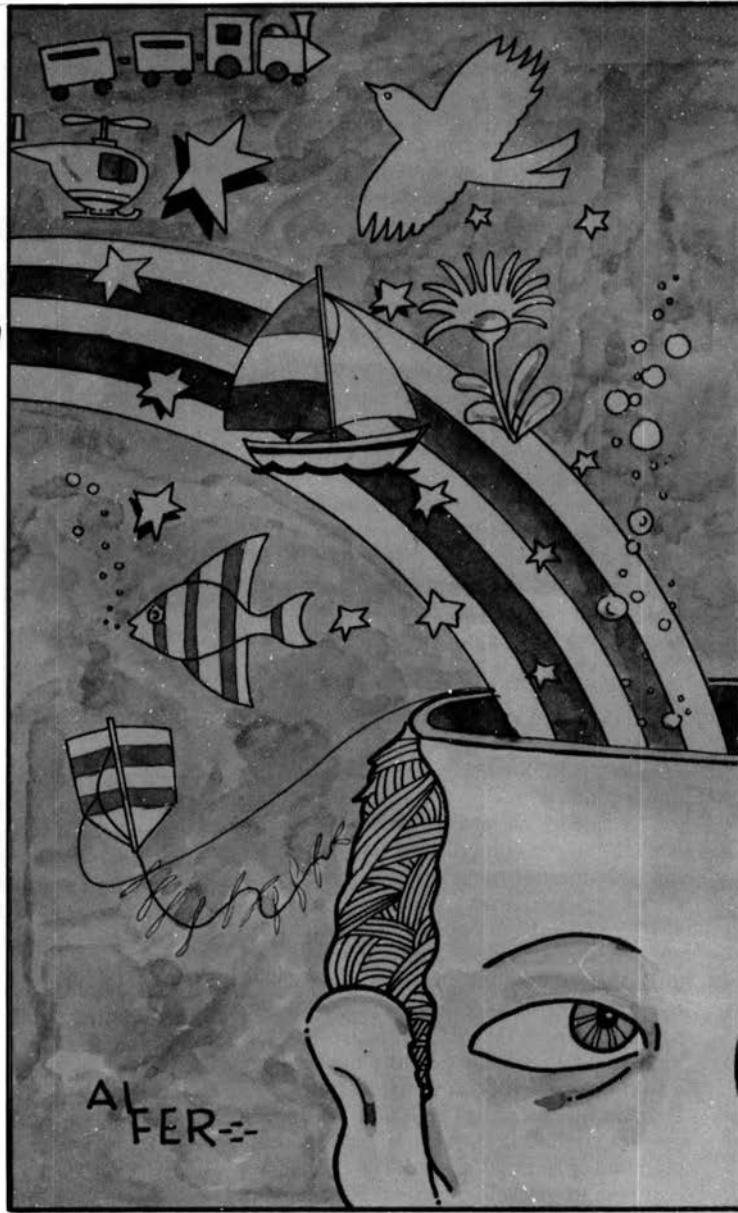
Rubem Alves

Gente que ninguém leva a sério...

De todos os sermões que preguei, o que mais confusões provocou foi um sobre as crianças. Eu explico. Tudo começou com o meu cansaço. Não aguentava mais as acusações. Não importava o que eu falava, ao pregar. Havia sempre alguém que descobria alguma heresia. Resolvi então que iria pregar um sermão para ninguém botar defeito, que não falasse nem de pecado e nem de justiça social, que só provocasse sorrisos e alegria. E me lembrei que criança é coisa de que todo mundo gosta (se não gosta não tem coragem de confessar), e até Jesus havia dito que era preciso que nos tornássemos como crianças, se queríamos entrar no reino dos céus. Sobre criança era certo que ninguém poderia produzir heresias, só poesias... Ser como criança.

E me pus a pensar. Criança não trabalha. Só brinca. Brinquedo não produz nada. É como o amor: faz-se pelo puro prazer de fazer. Até invoquei Santo Agostinho, que dizia que a Santíssima Trindade brincava consigo mesma. Tudo tão diferente de nós, adultos, que vivemos para trabalhar. Trabalho é como a justificação pelas obras: a pessoa vale pelo seu produto, que se traduz em salário. Já o brinquedo é pura graça, pois ao final continuamos de mãos vazias.

Destes pensamentos inocentes sugeri que nós, os adultos, teríamos de nos tornar crianças, se é que levamos Jesus Cristo a sério. Um pouco da sua deliciosa irresponsabilidade, sabem que o destino do universo não descansa sobre os seus ombros, e dormem sem angústias, confiantes de que amanhã cuidará de si mesmo, especialmente porque acreditam que seus pais e mães não as abandonarão. E assim terminei, certo de que todos estavam felizes — puro engano. Porque mais parecia o tumulto que Paulo provocou em Éfeso, a multidão inteira gritando “Grande é a Diana dos Efésios”, “Grande é a Trabalheira dos Adultos”, e acabei sendo acusado de corruptor dos costumes, de pregar a preguiça, a irresponsabilidade e a boa vida.



CRIA

Tolo, no domingo seguinte, resolvi repetir o mesmo sermão numa outra igreja, e descobri então que o pessoal da primeira igreja havia enviado uma espia de gravador na mão, para documentar as horríveis e subversivas heresias que eu estava dizendo sobre as crianças. E cheguei então à conclusão de que as pessoas não levam mesmo Jesus a sério, pois na cabeça delas

justamente no contrário, que sejamos capazes de recuperar a criança que mora reprimida dentro de nós.

E eu pensei que haveria um pouco mais de esperança para o nosso país se os senhores deputados e senadores resolvessem ser mais parecidos com os meninos e as meninas, que abandonassem suas gravatas e coletes, porque não é possível que uma pessoa tenha pensamentos direitos se coloca objetos tão tortos e avessos sobre o seu corpo, e é certo que deixariam de ser tão feios, sérios e ferozes se, vez por outra, vestissem short e fossem, descalços, molhar os seus pés em algum chafariz ou na água da enxurrada. Porque, se comprehendo as coisas corretamente, uma boa constituição tem de ver o país sob o ponto de vista da criança, prá ficar em harmonia com a visão do profeta Isaías, para quem o Reino messiânico vai acontecer quando o poder for dado a um menino.

É preciso não nos levarmos a sério. Para as crianças tudo não passa de uma grande pantomima: brincam de soldados, de índios, de bombeiros, de banqueiros, com a maior seriedade, até que a mãe grita que o sorvete está sendo servido, momento em que todo o faz de contas se desfaz. O que é o oposto dos adultos, que levam tudo a sério, porque se levam a sério, e o resultado é que suas guerras matam, e os índios são dizimados, e os incêndios queimam, e os banqueiros levam países inteiros à miséria... Tão diferente do mundo bíblico, em que o ano do jubileu era igual à mãe chamando para o sorvete: tudo era perdoado, a vida começava de novo, do começo.

Pois é, nós adultos, porque nos levamos a sério, somos entidades enrijecidas, duras, solidificadas, incapazes de rir o riso que derrete as pedras, incapazes de novos começos. Criança é, basicamente, isto, a permanente disponibilidade para começar de novo — porque elas não acreditam que a pantomima seja coisa séria. Mas eu não vejo nem que presidentes, nem que senadores, nem que professores ou pastores, se pareçam com crianças. Na verdade, estão sempre pedindo que elas se calem. Precisaríamos, então, aprender as lições da infância:

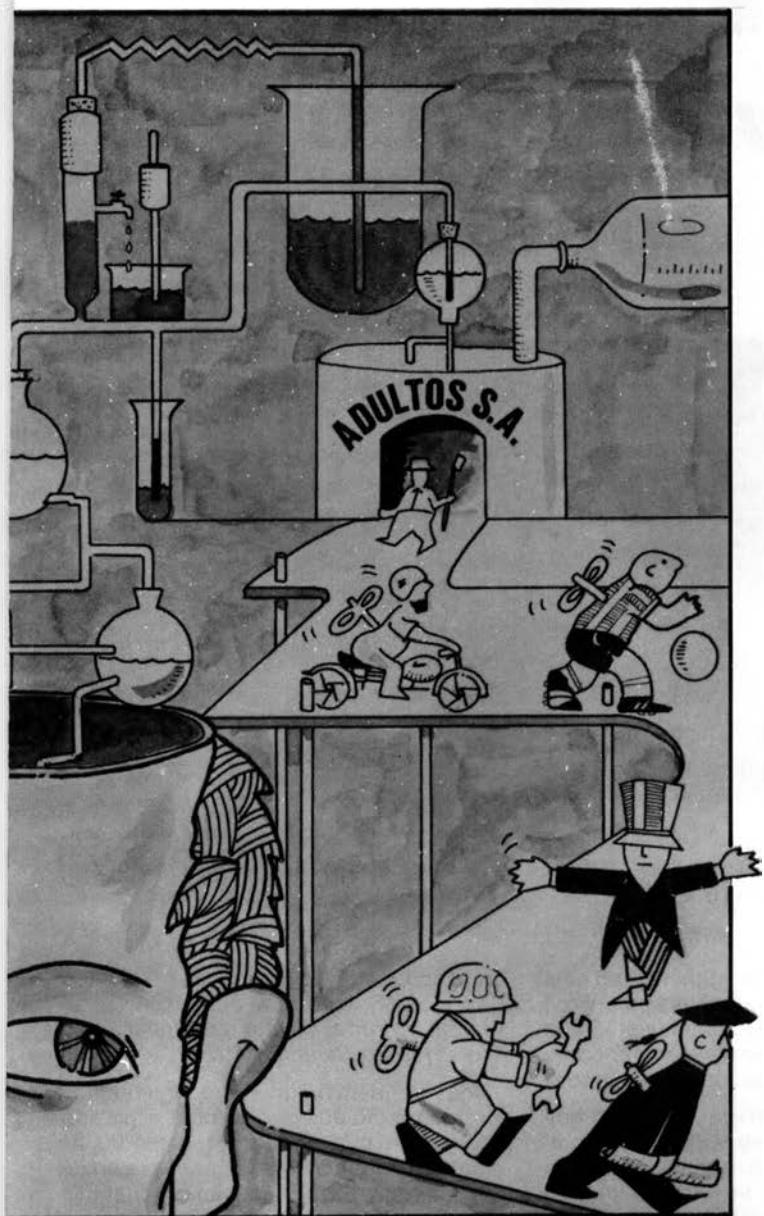
- trepar nas jaboticabeiras, em qualquer dos sentidos...
- chupar sorvetes, sem pazinha...
- andar na chuva, sem guarda-chuvas...
- ir ao circo, e comer algodão doce...
- empinar pipas...
- chupar manga, sem usar a faca...
- aprontar na maior estica, ir para a frente do espelho e pintar uma bola vermelha, na ponta do nariz...
- fazer feito o Einstein, aprender a mostrar a língua...

Dizia R. Niebuhr que o riso é o início da oração.

Eu diria mais: que a oração acontece no espírito do brinquedo, tendo Deus como companheiro.

O demônio é sempre sério, e nos puxa para baixo.

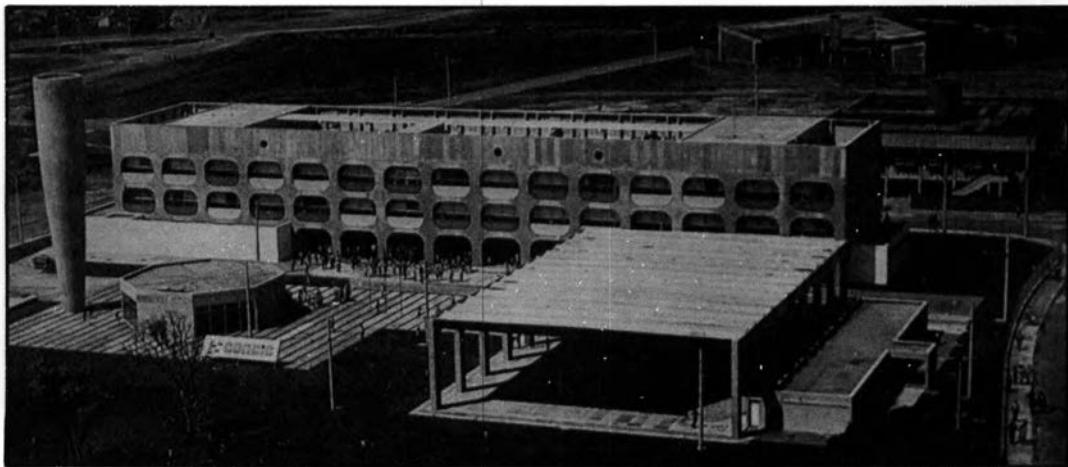
Mas Deus é leve, menino, e nos convida a brincar.



NÇA

aquilo que ele falou sobre as crianças só poderia ter sido uma brincadeira. Na verdade o projeto dos adultos para com as crianças não é o de ficar parecidos com elas mas, muito ao contrário, fazer com que elas fiquem parecidas com eles. E dão a este processo o nome de educação. Que cada filho seja uma cópia dos desejos do pai e da mãe — e ninguém imagina que a salvação está

CIEP's: Alternativa para a questão social?



Carlos Roberto Costa

AConfederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tomou por tema de sua campanha anual a questão da criança abandonada, dando publicidade aos dados estatísticos que apontam 36 milhões de menores nessa condição, nos seus mais diversos graus, remetendo-se a um só setor, uma só origem, que é uma estrutura perversa, consequência de uma questão solidamente mais ampla, qual seja, a forma de apropriação e distribuição da riqueza do Brasil.

Abandonada não é um rótulo, um estigma, uma adjetivação que se aplica somente às crianças ao relento ou internadas, mas envolve aquelas que intermediam uma situação próxima, representada pelas que ainda vivem em família, em desgregação sócio-econômica, tendo pai e/ou mãe, levadas desde cedo a exercer estratégias de sobrevivência não típicas das crianças de sua idade. Complementam tarefas da própria casa, pequenas atividades econômicas de rua que a ordem legitima ou exercitam práticas criminalizadas, vindo a constituir o contingente dos juridicamente normatizados como infratores sociais.

Em que medida o investimento em educação, mais especificamente o projeto do governo do Rio de Janeiro na gestão que agora se encerra, é capaz de operar como um fator de diminuição dessa realidade?

Trazemos no referencial de nossa cultura as marcas de uma sociedade escravocrata, reforçadora do conservadorismo mais reacionário, que se juntou a implantação de um capitalismo selvagem, no qual as elites se sentem ameaçadas a qualquer proposta minimamente reformista, que muito menos pretendem o fim do capitalismo do que ajustá-lo aos moldes do já existente nos centros hegemônicos. Seria ingenuidade acreditar que o simples investimento na escola pública, nas condições históricas em que nos situamos, seja de caráter revolucionário, havendo da parte daqueles que assim se colocam a apropriação da palavra fora do seu significado real. Afinal, a escola "é uma instituição social e, como programa formalizado, é parte do aparato de que as classes sociais ou grupos de controle do poder político lançam mão para realizar alguns dos seus interesses e objetivos políticos de domínio, ocultos sob propostas de 'demo-

ratização' através de educação" (Carlos Rodrigues Brandão, *Da educação fundamental ao fundamental da educação, in Cadernos do Cedex, nº 1*).

Mas também há muito de ingenuidade e romantismo dos que estão a esperar o socialismo para mudar essa realidade, marcada por uma escola pública (e privada) que trata "da mesma maneira crianças socialmente desiguais". Que "privilegia o aluno já privilegiado e discrimina crianças que renderiam muito mais se fossem tratadas a partir de suas próprias características". (*Falas ao Professor, Ciep, 1985*). Que já na 2ª série do 1º grau expelle da escola a metade das crianças e na 4ª série se vê reduzida a 30%. Não se deve fechar os olhos às alternativas possíveis e impossíveis.

As linhas gerais de uma proposta

Impossível negar as expectativas e polêmicas geradas pelo Programa Especial de Educação do governo que agora finda no Rio de Janeiro, que ficou mais conhecido pelos CIEP's, porém, muito mais abrangente na sua proposta, posto que in-



É no dia-a-dia que os CIEP's constroem o seu perfil.

cluem as Casas da Criança, as Casas Comunitárias, reformas de escolas e construção de pequenas unidades de quatro salas em pré-moldado. Enquanto as Casas da Criança servem a formação elementar de crianças na faixa etária de três a seis anos, as Casas Comunitárias são estabelecimentos voltados para a assistência de crianças carentes e as mães, desde a gestação, abrangendo assistência médica básica, complementação alimentar, atividades recreativas estreitamente vinculada a comunidade etc.

Os CIEP's são unidades escolares de 1º grau (há de 1ª à 4ª série e de 5ª à 8ª série) com capacidade para funcionar com 18 a 24 turnos em tempo integral, limite máximo de 30 alunos por sala, se oferecendo alimentação, uniforme e material de estudo, permanecendo a criança na escola uma média de dez horas diárias. A capacidade de aproveitamento das unidades se dá pelo funcionamento à noite do Projeto de Educação Juvenil, envolvendo jovens na faixa etária de 14 a 20 anos, que foram impedidos de completarem o seu processo de alfabetização em idade regular, com turmas de dez a quinze alunos.

Em cada CIEP existem dois apartamentos para abrigar doze meninos e doze meninas sob orientação de dois casais-residentes. São crianças encaminhadas por assistentes sociais, comunidade ou por qualquer outro meio, desde que necessitada dessa proteção. Não são crianças internadas, sendo comum os pais buscá-las e trazerem de volta sem nenhuma burocracia ou oposição.

A caminhada: teoria e prática

Na rede tradicional de escolas públicas do Rio de Janeiro uma criança permanece em média três horas na escola, recebendo uma qualidade de ensino, salvo exceções, no mínimo discutível. Nos Centros

Integrados de Educação Pública a permanência média é de nove horas, o que implica numa proposta didático-pedagógica que necessariamente tem que ser diferente. As linhas gerais do projeto se colocam sob a perspectiva de fornecer as condições instrumentais e ideológicas para que o educando das classes populares possa competir com alunos das classes favorecidas.

Problemas a implementação desse projeto não faltam. O professor sofre as consequências de uma formação precária e salários aviltados. Deles não se pode dizer que sejam todos reacionários e autoritários e que estejam voltados para a domesticação dos corpos e mentes desses alunos. Pela primeira vez aquele professor, que antes era considerado "um estranho no ninho", antevê possibilidades de questionar métodos, conteúdos programáticos, objetivos. Os CIEP's não têm cartilhas já prontas e acabadas e no dia-a-dia é que se constrói o seu perfil.

A lei 5692/71 é limitadora dos horizontes que ainda podem ser alcançados. numa escola de tempo integral a carga-horária dos conteúdos formais das disciplinas é ampliada e enriquecida. De um lado, é fundamental transmitir ao aluno o mínimo que lhe permita se instrumentalizar para enfrentar as regras vigentes na sociedade. De outro, enriquecer as suas experiências individuais através das chamadas opções livres, na qual o aluno literalmente pode escolher entre fazer uma peça teatral, exercitar a dança do seu meio social, ajudar os companheiros na horta experimental, jogar bola de gude, soltar pipa, etc. Há um mínimo de regras, até porque é impossível ser diferente. Em dois anos de experiência no CIEP Ismael Nery esta tem sido a perspectiva assumida, e desconheço um caso de expulsão, suspensão ou qualquer outra atitude represiva que faça lembrar uma instituição domesticadora. Agora, há CIEP's e CIEP's. A

experiência de um pode não ser a mesma de outro, mas o que se busca em nossas discussões permanentes é evitar que os CIEP's se transformem numa versão moderna de semi-internatos a socorrer pais necessitados a confinar crianças.

As crianças que passam a estudar num CIEP, acostumadas a um tempo mínimo de permanência na escola, muitas vezes estranharam e se queixaram. Principalmente as que se situam na faixa etária acima de 11 anos, de 5ª a 8ª série, quando as suas atividades extra-escola já estão mais articuladas, o que exige das pessoas envolvidas no projeto uma preocupação maior em não tentar se apropriar do tempo da criança e, sim, tentar o tempo todo fazer com que a criança se aproprie do seu próprio tempo, transformando a sua permanência num prazer. Para isso, a escola é aberta a comunidade em que se situa, aproveitando-se os fins-de-semana para atividades que desejem, acesso a biblioteca, a utilização da quadra de esporte e tudo de que disponha o CIEP e possa ser utilizado. A ponte dessa relação comunitária é o animador cultural, em regra três por CIEP, pessoas com formações diversas, desde um artesão, um poeta, um artista, até um líder comunitário sem formação específica, que valorize o que é próprio do grupo.

Conclusão

Ainda é muito cedo para se tirar conclusões definitivas sobre o alcance do projeto. Não devemos ter até o término do atual governo mais de cento e cinquenta escolas desse tipo funcionando. Falta de material de construção, falta de quadros de pessoas para assumirem o projeto, dificuldades de ordem burocrática e tantas outras, farão com que o governo que entra receba em andamento a implantação do que se imaginava seriam quinhentos CIEP's funcionando até março de 1987.

A proposta tem, acima das conotações políticas que tomou e que é inevitável, a seu favor, o acordo para uma discussão extremamente importante quanto a realidade da escola pública. O perfil ideológico-institucional, o papel que virá exercer, vai depender dos próximos passos e da própria capacidade dos segmentos organizados da sociedade em se apropriar da discussão e da proposta, mantendo, redefinindo ou até extinguindo a pretensão de uma escola que se deseja capaz de contribuir para atenuar, mas não solucionar, a questão social, dando ainda acesso às camadas populares para que melhor possam enfrentar a desigualdade a que se vê imposta pelas relações de produção. A escola também é o lugar das lutas de classes.

Carlos Roberto Costa, professor de História, é diretor do Ciep Ismael Nery (Santa Cruz, RJ).

Alternativas ao atendimento à infância no Brasil

Xico Santos



O governo deixa 12 milhões de crianças carentes sem qualquer ajuda.

Alzemira Araujo

Porque nos acostumamos a pensar que só as soluções tradicionais, antigas, são as melhores? Por que não valorizamos experiências renovadoras que questionam a nossa forma de trabalhar? O cristão deve ser o indivíduo mais afinado com a quebra de tradições e mitos. Em Cristo tudo se fez novo. Ele é a novidade de vida. Nele tudo assume a característica constante da quebra da idolatria.

Temos idolatrado o tradicional também por comodismo e, por isso, muitas crianças brasileiras pagaram e pagam com a própria vida. E o Senhor veio para que todos tenham vida e a tenham em abundância. Será esta uma promessa vã? Ou podemos crer nele tornando a afirmação uma verdade para a maioria?

Justiça versus número

Atendendo às crianças através dos meios tradicionais (internatos, jardins de infância, creches tradicionais etc.) os governos e as entidades assistenciais particulares conseguem atingir hoje aproximadamente 4 milhões de crianças. Sabemos que, dos 24 milhões de

crianças brasileiras de 0 a 6 anos de idade, 70% são provenientes de famílias de baixa renda (até 2 salários mínimos), isto é, 16,8 milhões de menores. No caso de todos os 4 milhões atendidos pertencerem a este grupo, ainda estaríamos deixando sem qualquer ajuda 12 milhões.

Os profissionais, do alto do pedestal, com a barriga cheia, afirmam: é melhor atender *bem* a um número menor do que dar um atendimento de baixa qualidade a um grande contingente de crianças. Primeiro pode-se discutir o que é "atender bem". Porque pelo jeito poucos são os privilegiados que estão realmente sendo bem atendidos. Mas este é um problema a ser tratado em outra oportunidade. Por hora a pergunta que nos inquieta é: como consigo conviver com os 1.000 pequenos caixões (caixas de sapato) das crianças brasileiras que, antes de completar o primeiro aniversário, *morrem diariamente neste país*? E morrem não porque Deus permitiu, mas porque as injustiças não se chamam somente má distribuição de renda, falta de reforma agrária, falta de reforma urbana, falta de capacitação profissional do país, falta de educação a todos (a expulsão do sistema escolar realizada com

perfeição pelo próprio sistema tem vários apelidos como abandono, absenteísmo, evasão escolar etc., sempre culpa da criança ou da família; os verdadeiros responsáveis desconhecem a expressão "autocritica"), mas também pela injustiça maior de não se levar à sério a *urgência da miséria*.

A miséria não pode esperar por mais qualidade anos a fio, ela mata e mata rapidamente. A criança que consegue sobreviver ao primeiro ano de vida, não fazendo parte da taxa brasileira de mortalidade infantil, vai começar uma segunda guerra pela sobrevivência até o quinto ano de vida. Guerra que dificilmente é vencida, mesmo quando a criança não morre, porque a fome, a desnutrição, deixam marcas no corpo e na mente.

Formas alternativas de atendimento ao pré-escolar

A seguir um quadro de possíveis alternativas de atendimento às crianças de 0 a 6 anos, levando em consideração sua situação familiar e formas de atendimento que preveniriam situações estigmatizantes.

Nível de atendimento	Preventivo			Curativo (sem estigma)	Curativo (com estigma)
	Situação da criança	Criança vivendo com sua família	Criança vivendo com sua família e com risco maior de abandono		
Formas de atendimento				Criança já sem família e declarada em estado de abandono pelo juiz de menores	Criança já declarada em estado de abandono pelo juiz de menores
não tradicionais	1. Creche Domiciliar 2. Proape 3. CCI	6. Subsídio Familiar	7. Lares Substitutos 8. Abrigo (lares dispersos nos bairros)		
tradicionais	5. Creche Institucional			— "educandários" — internatos — lares	governamentais ou não governamentais

1) Nesta faixa etária há um contingente de crianças declaradas em estado de abandono por autoridade competente;

2) A miséria, a fome, o desemprego, oferecem às famílias motivos para o pedido de internamento de seus filhos;

3) Considera-se que a família, ou a família substituta, por mais pobres que seja, ainda se constitue no grupo mais propício para que a criança tenha seu desenvolvimento emocional assegurado.

As formas escolhidas priorizam a *prevenção* no sentido de levar às famílias carentes a ajuda para que as crianças permaneçam neste grupo, recebendo serviços integrados e contínuos que garantam o atendimento às suas necessidades básicas.

As formas tradicionais que vêm sendo utilizadas para o bem-estar das crianças, como jardins de infância, maternais, creches e abrigos apresentam problemas de alto custo e baixa cobertura.

A expansão do atendimento informal tem ocorrido a despeito das dificuldades, principalmente da resistência que encontra por parte do pessoal técnico, que insiste em formas mais tradicionais e sofisticadas.

Estes atendimentos informais estão passando por avaliações constantes realizadas por fundações e universidades.

Creche domiciliar

Esta forma diurna de proteção à criança de 0 a 6 anos encontra-se em ex-

pansão no Brasil; nos programas em andamento, a tendência encontrada é de ampliação do número de crianças a serem atendidas, tendo em vista os resultados já obtidos. Os estados que não mantêm este programa estão estudando sua viabilidade.

A crecheira, guardadeira, criadeira etc., existe desde que uma mulher, em qualquer comunidade, precisou trabalhar fora do lar e solicitou à sua vizinha ou parenta que "tomasse conta" de seus filhos menores. Entre a mãe e a senhora que se dispôs a esta tarefa há sempre um acordo que envolve não só um pagamento, mas também uma forma definida de como a criança será criada. Combinam entre si o que a mãe espera da guardadeira: se haverá banho, além das refeições; quem leva ao posto de saúde; se a criança adoece, se espera ou não pela mãe para ir ao médico; se a guardadeira tem permissão ou não para punir a criança. Tudo fica esclarecido no primeiro momento ou no decorrer dos próprios acontecimentos e relatos da guardadeira.

Esta interação existe a despeito de entidades assistenciais ou órgãos governamentais e vai continuar existindo em grande número de cidades brasileiras.

Algumas entidades aproveitaram a solução que as próprias comunidades estavam oferecendo, organizando e programando então interferências naqueles aspectos que lhes pareceram mais vulneráveis.

A intervenção governamental ou das entidades assistenciais neste processo procura melhorar o atendimento que de-

ve ser dado à criança e sua família, especialmente nos seguintes aspectos:

— a mãe que trabalha fora fica menos ansiosa ou apreensiva porque confia que o programa zela por seu filho, o que é conseguido através da visita e orientação dos técnicos;

— a doação *per capita* melhora a situação financeira da guardadeira que passa a receber por maior número de crianças;

— a renda da família é aumentada por ter sido a mãe liberada para o trabalho fora do lar;

— a criança é atendida de forma integrada, pois passa a receber atenção de saúde, alimentação orientada, atividades pedagógicas e de estimulação essencial, o que não acontece quando o vínculo estabelecido é só entre mãe e guardadeira.

Programa de atendimento ao pré-escolar (Proape) — Proposta

Esta forma de atendimento ao pré-escolar tem recebido diferentes denominações: Ceape — Centro de Educação e Alimentação do Pré-Escolar (São Paulo); Planedi — Plano de Educação Desenvolvimento Infantil (São Paulo); Plape — Plano de Atendimento ao Pré-Escolar (Bahia) etc.

O Proape se caracteriza por:

— propiciar atendimento a um maior número de crianças nas áreas de saúde, nutrição e psicopedagogia utilizando um professor para 70 crianças, com o auxílio de 4 mães devidamente treinadas;

— oferecer um lanche, que tem sido bem aceito pelas crianças, cujo pão, fabricado especialmente para o programa, tem componentes diferentes como a soja que é altamente nutritiva;

— garantir um melhor desenvolvimento da criança através de um atendimento integrado;

— funcionar em espaços existentes nas escolas públicas e particulares, entidades assistenciais, clubes de serviço, igrejas, associações de amigos de bairro etc;

— contar com a participação das mães, o que traz os seguintes resulta-

dos: as crianças se beneficiam com a presença materna; as mães aprendem aspectos importantes sobre a educação de seus filhos; aumenta a capacidade de atendimento num mesmo espaço e num mesmo turno.

— promover, ainda tendo em vista o barateamento do programa, a utilização inteligente e criativa de material de sucata nas atividades de recreação e artísticas.

Centro Comunitário Infantil (CCI)

A proposta de criação do CCI traz em consideração que, além de algumas necessidades prementes que as comunidades possuem e não sabem como equacionar, se constata que alguns serviços deveriam ser realizados em favor da criança de 0 a 6 anos. Entretanto, na maioria das vezes esses serviços deixam de ser desenvolvidos por:

— falta de conhecimento dos órgãos públicos e também das comunidades de formas de atendimento mais simples, já em andamento em outros lugares e que podem ser realizadas a baixo custo;

— falta de liderança local que organize a opinião pública para lutar pelo atendimento das necessidades da comunidade;

— falta de espaço onde seja possível organizar serviços e associação de moradores.

Assim, o CCI deverá ser este local e

o início de algumas atividades levará também à organização da comunidade. Como "local" poderá ser criado, caso não haja salas ociosas, em igrejas, entidades assistenciais, escolas, ou clubes de serviços (Lions, Rotary etc.). Estas salas, ou na ausência delas, o galpão ou barracão construído, poderão abrigar uma gama extensa de atividades tais como: atendimento à criança de 0 a 6 anos, cujas mães trabalham ou não fora do lar; supervisão do atendimento de creche domiciliar; plantão de referência; orientação sócio-educativa às famílias; atividades de recreação e lazer.

A característica fundamental do CCI é que ele representa uma resposta à iniciativa da comunidade e a sua programação será estabelecida de acordo com as aspirações e necessidades identificadas pelos próprios usuários.

Nas comunidades em que existam centros sociais urbanos, as atividades próprias do CCI poderão ser realizadas aproveitando o espaço físico e os recursos humanos e financeiros deles.

As creches tradicionais poderão ter seus prédios transformados em CCI, quando o atendimento terá um grande efeito multiplicador, justificando os altos custos de sua construção.

Lares substitutos ou colocação familiar

São lares cujas famílias se ocupam, em tempo integral, do cuidado de crianças, recebendo para tanto, do governo

ou entidades assistenciais, um subsídio para alimentos, vestuário, saúde e educação dessas crianças; são famílias que querem cuidar das crianças, mas não se dispõem a adotá-las, não querem assumir obrigações legais a não ser a custódia e a guarda.

A colocação familiar evita a institucionalização, oferece à criança um ambiente onde ela é mais um elemento de um pequeno grupo.

Principalmente as crianças declaradas em estado de abandono pelo juiz de menores, cujas famílias de origem perderam o pátrio poder, deverão ser favorecidas por esta forma de atendimento. Há ainda alguns impedimentos temporários, que também podem levar a criança a precisar da ajuda de uma família substituta.

— Colocação familiar a curto prazo: abrigar a criança por alguns dias para atender a uma situação de emergência na família.

— Colocação familiar a médio prazo: abrigar a criança por um período de 3 meses ou mais também para atender a problemas na família.

— Colocação familiar a longo prazo: oferecer à criança declarada abandonada pelo juiz de menores um lar onde passe a viver como membro da família que a recebe. A família fica com a "guarda" da criança até a maioridade.

Alzemira Araujo é consultora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual: Cz\$ 60,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 85 Europa, África e Ásia: US\$ 100
Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ.

Movimentos populares no Cone Sul

O desafio da democracia integral

Marcos Arruda

1. Quando discutimos os projetos de modernização econômica na sub-região do Cone Sul latino-americano, poucas referências fizemos aos povos que aí habitam. Isto reflete um fato generalizado: os povos do Cone Sul, em particular depois de períodos mais ou menos longos de modernização capitalista combinada com ditaduras militares, estão privados de quase todos os benefícios do desenvolvimento, ainda que sejam seus principais geradores. A Bolívia e o Paraguai têm povos que sofrem níveis extremos de miséria e desumanização. No Brasil, a maior e mais rica nação do continente, oitava renda nacional bruta do mundo, 90 milhões dos seus 135 milhões de habitantes (quase 70%) são subnutridos; segundo os critérios da Organização Mundial da Saúde, eles têm um déficit calórico médio de 322 caloria/dia (quase 15% abaixo do nível mínimo de nutrição). Países como a Argentina, o Chile e o Uruguai, que há décadas tinham economias relativamente estáveis e perfis mais equitativos de distribuição da renda, apresentam hoje um quadro social lastimável, com suas capacidades produtivas profundamente deterioradas, altos níveis de desemprego, pobreza e marginalidade. Tudo isto pode ser resumido numa expressão contraditória: desenvolvimentismo com pobreza, com desigualdade, com injustiça.

2. É por isso que os povos do Cone Sul aspiram com ansiedade por formas de desenvolvimento em que os benefícios e o progresso sejam repartidos com todos os cidadãos. Que distância estamos das sociedades super-

industrializadas, onde as frações mais conscientes da população começam a questionar o crescimento sem freios ou limites, característico do capitalismo, e a construir experiências que apontam no sentido de uma economia do suficiente. No nosso continente, entretanto, o capitalismo parece ter ainda muitos espaços para crescer. Seu limite situa-se menos no seu potencial de fazer crescer nossas economias do que na sede das burguesias transnacionalizadas do Sul e do Norte de obter lucros máximos em prazos mínimos, a despeito das consequências desastrosas para as maiorias. O espírito libertador e humanizador que moveu a burguesia na sua luta para superar o feudalismo e as

3. Nos anos recentes, os povos do Cone Sul têm vivido tempos de extrema repressão. Seus regimes têm governado através da coerção e do terror. Apesar disto, os povos não se deixaram imobilizar por muito tempo e conseguiram alcançar níveis mais altos de consciência e organização. Os movimentos populares também se diversificaram: novas camadas sociais se organizam e desenvolvem novas formas de resistência e de luta. Na noite escura das ditaduras Luzem sementes individuais e comunitárias do inevitável amanhecer. Esses movimentos têm tido um papel importante, ainda que não exclusivo, na derrota dos governos militares. Sindicalistas, moradores, estudantes, profissionais liberais, mulheres, negros, mães, povos indígenas, trabalhadores rurais e lavradores sem terra, campeses e setores comprometidos das igrejas têm colaborado em edificar a resistência à opressão e têm oferecido mártires a causa da libertação. Recentemente começou a desenvolver-se a consciência de que a transnacionalização das nossas economias tem também transnacionalizado a luta dos nossos povos. Para além de toda opressão, os povos latino-americanos descobrem ou redescobrem os laços de consangüinidade e de fraternidade que os unem. À diversidade de nossas culturas e modos de viver se acrescenta, cada vez mais, a busca de uma unidade de espírito e de organização na luta por um novo mundo e uma nova humanidade.

4. Os novos governos liberais têm consciência de que já não podem dirigir seus países e garantir a reprodução

Cone Sul: desenvolvimentismo com pobreza, desigualdade e injustiça.

monarquias autocráticas há muito a deixou, desde que ela, aproveitando-se da força dos trabalhadores, fez do poder econômico e político instrumentos de exploração e exclusão. O espírito libertador e humanizador anima hoje as grandes maiorias oprimidas do nosso povo, que lutam por uma democracia integral, que seja uma realidade para todos e que inclua todas as dimensões da existência humana: a individual e a comunitária, a material-econômica, política e social - e a cultural e espiritual.

do capitalismo só através da coerção. Necessitam legitimar-se continuamente para permanecerem no poder e lutam por todos os meios na busca do consenso para governarem. Esta luta é travada não apenas no campo material, senão também, e principalmente, no campo cultural, ideológico e espiritual. Daí a necessidade que sentem as elites liberais de controlar a educação, a informação, os meios de comunicação e o universo simbólico das nossas sociedades. Mas, se há luta, é porque há espa-

Os movimentos populares tiveram um papel importante na queda dos governos militares.

ços que podem ser conquistados por outras forças sociais. Estes espaços de luta pelo consenso estão abertos também às forças da libertação. Neles estão penetrando os setores populares, buscando ao mesmo tempo aumentar sua presença política e seu nível de consciência e organização. A luta pelo consenso abre novas oportunidades ao movimento popular. Mas provê também a medida de suas deficiências e de seus equívocos. A luta dos nossos povos tem, na realidade, dois horizontes: o do possível e o do "utópico" (ou, em termos bíblicos, o do escatológico). Quando seus movimentos não conseguem as vitórias possíveis, é sinal de que seu nível de organização ou sua capacidade de pressão estão ainda débeis, ou que suas linhas e modos de ação estão equivocadas. Em contextos de regime liberal, o movimento popular tem melhores oportunidades de identificar suas debilidades, de atuar no sentido de superá-las e de avançar mais no trabalho de edificar seu próprio projeto de sociedade e as condições objetivas e subjetivas para realizá-lo.

5. Algumas das deficiências e contradições atuais dos movimentos populares do Cone Sul incluem: fragmentação e lutas de poder entre e intramovimentos e/ou partidos populares; falta de clareza na relação entre os partidos políticos e os movimentos sociais; falta de novas lideranças com clareza política e metodológica, visão estratégica e espírito de serviço; isolamento das experiências alternativas de poder popular a nível micro-social; falta de projetos alternativos de sociedade e de diretrizes políticas para a transição, a ní-

vel macro-social. Cada uma destas deficiências e contradições precisa ser estudada em profundidade e em sua interação com as outras, para que consigamos encontrar os meios e a prática adequada para superá-las. As limitações deste texto nos impedem de desenvolver aqui esta reflexão.

6. Contudo, é possível iniciar a reflexão sobre algumas delas. Os movimentos populares na América Latina vivem uma existência de crise e de conflito. A identificação de crises econômico-sociais pelos governos e elites em geral correspondem a um aprofundamento da crise permanente que vivem nossos povos. Por sua vez, os partidos e as organizações populares parecem ter uma visão unidimensional e linear da realidade. Carecem de uma filosofia do conflito, que dê conta do contraditório e do ambíguo que são inerentes à realidade. Assim também, aos setores sociais comprometidos das igrejas parece faltar uma teologia do conflito, que lhes permita integrar numa mesma visão os aspectos contraditórios da realidade humana - material e espiritual - na construção do Reino. Em consequência, as práticas dos militantes sociais são freqüentemente marcadas pelo ativismo, espontaneísmo e basismo (ou obreirismo), de um lado, e/ou pelo teoricismo, voluntarismo e vanguardismo do outro.

7. O ativismo implica agir por agir, sem articular o particular com o geral, o local com o global, o conjuntural com o estrutural; sem visão estratégica; sem teorização da prática social do movimento; sem a perspectiva da acumulação de forças. O espontaneísmo implica crer que da ação e da experiência virão todas as respostas, sem reflexão crítica nem teorização. O basismo implica mitificar o que vem das bases, supor que o "popular" e o "operário" já são sinônimos de "libertador" ou "libertado" e que a consciência espontânea das massas pode por si só transformar-se em consciência crítica e revolucionária. Por sua vez, o teoricismo implica a convicção de que a teoria já elaborada sobre as leis da história e as experiências de luta dos povos tem valor absoluto, universal e provê todas as respostas. O voluntarismo implica a convicção de que a vontade humana, orientada por aquela teoria, é suficiente para realizar todas as transformações, sem se dar conta do movimento da realidade concreta e do fato de que toda revolução resulta da confluência histórica, da ação transformadora humana e das condições concretas do processo político-

social. O vanguardismo é a convicção de militantes e partidos políticos teóricistas e voluntaristas de que eles só possuem a verdade revolucionária e que sua missão é guiar as massas a esta verdade e à libertação; assim, esquecem-se de que todo povo tem que construir não só a sua prática libertadora, mas também a sua teoria libertadora e desprezam a capacidade potencial das massas de tornar-se sujeitos da sua própria libertação.

O desafio fundamental dos movimentos populares é a edificação da democracia integral.

8. O desafio fundamental dos movimentos populares do continente é a edificação do que chamamos democracia integral, gerada a partir da realidade histórico-cultural de cada povo, alimentada e inspirada pelas experiências de libertação vividas, acumuladas e teorizadas por outros povos. Isto implica um conflito também integral, posto que envolve não apenas um projeto de organização da produção e da distribuição dos bens e serviços diferentes do capitalista, mas também um conjunto de novos valores, atitudes, comportamentos, expectativas e relações que constituam uma lógica libertadora e humanizadora, democrática e participativa e, portanto, antagônica com relação à lógica do individualismo, do lucro máximo, da acumulação ilimitada de bens materiais e de controle do mundo e da história pela "Razão". Este conflito de lógicas faz parte do desafio da revolução cultural, intelectual, moral e espiritual e deve desdobrar-se simultaneamente e articuladamente com a revolução estrutural e institucional da sociedade.

9. Outro desafio é capacitar-se para as novas formas de luta inerentes aos regimes liberais. As ditaduras governam predominantemente por coerção. Nelas, pois, a forma dominante de luta é a confrontação. Governos liberais precisam continuamente legitimar-se no poder; governam mediante a busca do consenso da sociedade, usando a coerção apenas em situação em que os interesses de classe hegemônicos são seriamente ameaçados pelos movimentos sociais. Em conjunturas em que predomina a luta pelo consenso, as formas do

minantes de luta social são a pressão sobre os centros de poder, a desobediência civil e a negociação. Para elas, os movimentos populares sentem necessidade de informação e de capacitação metodológica e analítica para teorizar sua prática e para definir e implementar suas próprias estratégicas e táticas de luta. Daí a importância que adquirem os centros e grupos não governamentais de informação, capacitação e assessoria, nos quais intelectuais de diferentes campos põem suas capacidades a serviço dos movimentos e das organizações populares. A relação entre uns e outros, contudo, é contraditória e envolve riscos dos tipos mencionados no ponto 7.

10. Mas a importância desta relação está na busca de uma nova práxis político-educativa. Aqui se situa um conflito, talvez característico de todos os movimentos sociais do continente, entre duas concepções contraditórias de relação entre educador e educando, entre liderança e bases, entre partido e povo, entre Estado e sociedade. Uma, que chamamos concepção dialética metafísica do conhecimento e do poder, crê que a "verdade revolucionária" está situada na teoria e no conhecimento universal revolucionário acumulado ao longo dos séculos; que essa verdade é universalmente aplicável e a ela é preciso adequar-se a realidade de cada país e a prática revolucionária de cada povo; e que cabe aos que detêm essa verdade — indivíduos e partidos políticos — a condução central do processo revolucionário. Esta concepção resulta numa

Os partidos e as organizações populares carecem de uma filosofia do conflito.

prática político-educativa de caráter autoritário e burocrático e tende a gerar relações sociais com as mesmas características. A outra, que chamamos concepção dialética não metafísica do conhecimento e do poder — ou filosofia da práxis — baseia-se na convicção de que a fonte principal da teoria revolucionária de um povo é sua própria prática revolucionária, ainda que o conhecimento revolucionário acumulado e teorizado por outros povos seja de fundamental importância para aquela teoria; que o sujeito principal desta prática e desta teoria é o próprio povo em luta pela sua libertação; e que cabe aos educadores, aos dirigentes, aos partidos políticos e mesmo aos Estados revolucionários colaborar na capacitação das classes trabalhadoras e dos seus povos para realizarem com eficácia este papel de sujeitos do processo de criação do conhecimento, de edificação e de gestão da sua libertação e da sociedade humanizada. Esta concepção resulta numa prática político-educativa de caráter democrático e participativo e tende a gerar relações sociais com as mesmas características. O conflito entre estas duas concepções e práticas político-educativas se desenvolve hoje no inte-

rior dos movimentos populares, dos partidos e mesmo dos Estados revolucionários do continente.

11. O outro desafio, que não queremos deixar de mencionar nesta apresentação, é o da busca de alternativas, a nível micro e macro-social, pelos movimentos populares. É essencial que eles definam os traços gerais da sociedade que desejam e que tenham um plano estratégico que sirva de mediador entre a realidade atual e aquele projeto de sociedade. Para isto, é muito importante estudar as lições que provêm as experiências alternativas desenvolvidas por diferentes setores da população, a nível micro-social, intercambiar, aprofundar e multiplicar estas experiências. Além disso, é necessário pesquisar e analisar as estruturas e relações de poder econômico, político, social e cultural dominantes em nossas sociedades, a disponibilidade real de recursos materiais e humanos e a "consciência possível" existente a nível local, nacional e regional. Estes serão o ponto de partida para os planos de ação transformadora e de transição para a nova sociedade. Finalmente, é preciso estudar as experiências de outros povos que já conseguiram libertar-se da opressão e da exploração do capitalismo transnacional e que buscam por diversos caminhos edificar sociedades libertadas e humanizadas.

Marcos Arruda é coordenador do Programa "Alternativas para o Cone Sul" — PACS/Cenpla-RJ, professor do Iesae/Fundação Getúlio Vargas e membro associado do Instituto Transnacional (Amsterdam).

LANÇAMENTOS DO CEDI

Pai nosso (Rubem Alves) - Co-edição com Edições Paulinas. Cz\$ 110,00

Um enfoque poético-teológico da figura do Pai. "O pai de olhos mansos só existe em nós como uma nostalgia, uma saudade, uma tristeza. Mansidão precisa voltar. E sabemos que ela é a dádiva de um olhar. E é por isto que Jesus nos ensinou a orar, chamando de volta o olhar manso, aquele que nos fará sorrir de novo: Pai nosso..."

Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84, Aconteceu Especial 16, Cz\$ 70,00.

Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. Traz análises das conjunturas econômica, po-

lítica e sindical e um levantamento, na imprensa sindical e diária, dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dos trabalhadores urbanos.

O caminho da escola — luta popular pela escola pública, Cadernos do CEDI 15, Cz\$ 50,00

Periferia: desafio à unidade, Cadernos do CEDI 16, Cz\$ 50,00

Dois novos lançamentos da série Cadernos do CEDI. O primeiro trata das lutas dos movimentos populares da Zona Leste da cidade de São Paulo pelo direito à educação. O segundo registra a experiência das igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (luterana) na implantação de uma Pastoral Ecumênica de Periferia, no sul do país.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI — Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP

Ser discípulo

Gustavo Gutiérrez

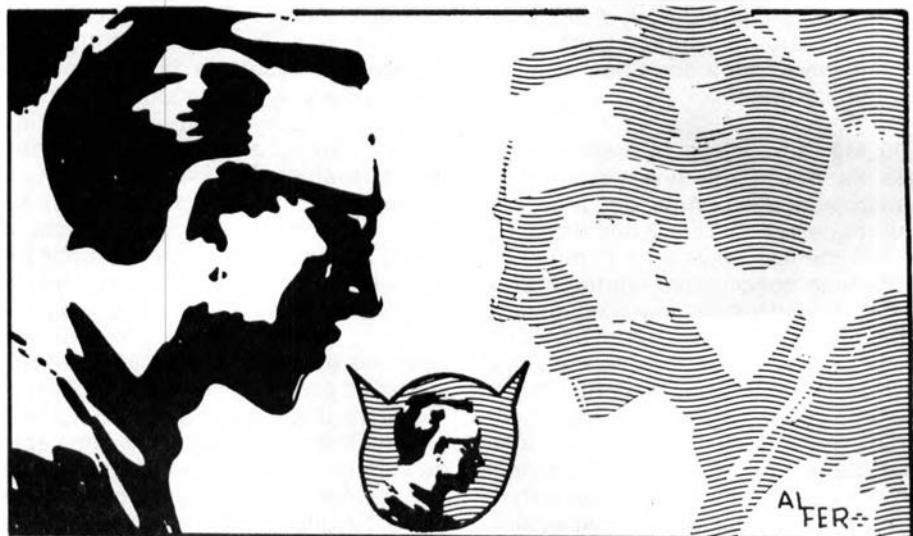
"Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos Céus. Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra. Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão satisfeitos. Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus. Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus.

Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque será grande a alegria de vossa recompensa nos céus, pois foi assim que perseguiram os profetas, que vieram antes de vós. Vós que sois o sal da terra. Ora, se o sal se tornar insosso, com que a salgaremos? Para nada mais serve a não ser para ser lançado fora e pisado pelos homens.

Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte. Nem se acende uma lâmpada e se coloca debaixo do alqueire, mas no candelabro e assim ela brilha para todos que estão na casa. Brilhe do mesmo modo a vossa luz diante dos homens, para que, vendo as vossas boas obras, elas glorifiquem vosso Pai que está nos céus.

Como se sabe, temos duas versões das bem-aventuranças: a do evangelho de Lucas e a de Mateus. Esta diferença tem dado lugar a muitos comentários e observações. Os estudiosos destes temas consideram que o texto de Lucas encontra-se mais próximo das palavras de Jesus. Nestas condições, qual seria a razão e o sentido da versão de Mateus?

A primeira bem-aventurança já oferece o tom das coincidências e discrepâncias: "Bem-aventurados os pobres", nos relata Lucas; "Bem-aventurados os pobres de espírito", alude Mateus: deles (de uns e de outros?) é o Reino. Trata-se de uma "espiritualização" que Mateus operaria sobre a versão de Lucas?



Muitos pensam assim. Porém, de outro lado, ninguém pode negar que o evangelho de Mateus é particularmente insistente na necessidade de gestos e "materiais" para com o outro e em especial para com os pobres. (Cf. Mt 25,31-46). E isto não parece ser compatível com o pretendido "espiritualismo" mateano. A aparente contradição destes dois enfoques sobre o primeiro evangelho talvez seja o resultado de categorias que não correspondem à originalidade de sua perspectiva.

Tentemos penetrá-la.

Os pobres de espírito

Em Lucas, a primeira bem-aventurança se refere aos pobres reais "materiais" como dizemos com freqüência, usando um termo bem pouco bíblico. Entretanto, o importante seria procurarmos saber para quem nos orienta Mateus, ao dizer: pobres de *espírito*.

O termo na perspectiva bíblica (e semita em geral) refere-se a dinamismo: sopro, força vital. É algo que se expressa através do conhecimento, da inteli-

gência, da virtude ou decisão. O espírito é o aspecto dinâmico do ser humano.

A expressão "de espírito" é empregada com freqüência no Antigo Testamento, como uma alusão que muda a significação primeira de alguns vocábulos, dando-lhes um sentido figurado. Assim, por exemplo, no livro de Provérbios 16,18, "alto de espírito" geralmente traduz-se por alto; e, em Isaías 29,24, "errante de espírito" refere-se a desgarrado.

"Pobre de espírito" seria, portanto, uma dessas expressões. Designaria algo mais que apenas a carência ou despreendimento de bens materiais.

Uma recente versão bíblica de língua espanhola, traduz o texto de Mateus da seguinte maneira: "Bem-aventurados os que elegem-se pobres". Procura-se assim, evitar a aludida interpretação espiritualista. Deixando, porém, de lado a boa intenção, convém assinalar que a expressão fica bastante deturpada e um equívoco subsiste. Elege-se pobre, assinala — e isto é um acerto — um aspecto dinâmico da vida cristã, porém, cremos que a pobreza espiritual comporta uma situação bem mais funda-

mental e global que apenas a de assumir a pobreza real.

Pobreza espiritual significa infância espiritual; noção central do evangelho. Trata-se da disponibilidade plena diante do Senhor e do reconhecimento de que nosso alimento é a vontade do Pai, como disse Jesus no evangelho de João.

É uma atitude de todos aqueles que, sabendo-se filhos de Deus, sabem-se irmãos e irmãs dos demais.

Pobre de espírito, passa, portanto, a ser sinônimo de discípulo de Cristo. As outras sete bem-aventuranças de Mateus, apenas seguem indicando diferentes atitudes daqueles que são seguidores do Senhor. Nelas, faz-se presente uma nota própria deste evangelho, a exigência ética: ter bom trato para com os demais (e isso significa ser manso); praticar a justiça; ser misericordioso, construir a paz etc.

O reino e a justiça de Deus

Na perspectiva que acabamos de abordar (pobres de espírito = discípulos) adquire sentido dizer que o cristão deve escolher para si, um estilo de vida pobre. Não porque o ser pobre seja um ideal, mas porque ser discípulo hoje, significa ser também solidário com os verdadeiramente pobres, com aqueles que carecem do necessário para viver, segundo o exige dignidade de seres humanos e filhos de Deus.

Com efeito, a pobreza segundo a Bíblia — Medellin nos recordou — é sempre um mal não aceito pelo Deus da vida.

Um estudo mais aprofundado sobre o papel central que tem o tema da justiça no marco das bem-aventuranças mateanas, muito poderá nos ajudar.

O estabelecimento da justiça e do direito, torna-se tema central no Antigo Testamento e o encontramos em inúmeras passagens bíblicas. O termos justiça aparece com um duplo significado: é dom de Deus; implicando, porém, uma relação inter-humana. É, portanto, obra de Deus, mas, igualmente, do rei, do povo e dos crentes em geral. É dom e tarefa.

Os aspectos estão intimamente ligados. Na relação inter-humana o dom da justiça de Deus se faz verdade, historicamente falando. Neste pano de fundo, a noção de justiça descontina-se capital e fecunda, para a interpretação das bem-aventuranças.

No evangelho de Mateus, encontramos sete vezes mencionada a palavra *justiça*; cinco das quais, na fala do Sermão da Montanha.

Nas bem-aventuranças, a dita noção ocupa um lugar chave. Com efeito, se examinarmos as bem-aventuranças de Mateus, torna-se de fácil verificação a existência de duas partes bem distintas (dado interessante: cada uma delas possui 36 palavras no original grego, o que demonstra o cuidado colocado pelo autor na redação do texto). A primeira, diretamente inspirada em Lucas, ou em sua fonte, e concluída com a quarta bem-aventurança: "bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça".

O segundo bloco é um aporte próprio de Mateus e apresenta-nos o caráter de contraste que transparece nas bem-aventuranças e que vem de Lucas. Este segundo grupo termina igualmente com uma menção da justiça, em sua relação com o dom do Reino: "bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus".

A prática da justiça é, portanto, uma exigência para o discípulo de Cristo. Por isto será bem-aventurado se estabelecerá, e também o será, quando perseguido por sua causa. A aliança entre o Reino de Deus e a justiça por Ele querida é estreita e sólida em todo o Sermão da Montanha, por isso, este importante e decisivo versículo: "Busquem primeiro o Reino e sua justiça, e todas as outras coisas lhe serão dadas por acréscimo".(Mt 6,33). Como o versículo anterior, (v. 32) faz ver que o Reino e a justiça são de Deus, e essa é a razão de seu primado na vida cristã.

A prática da justiça por parte do discípulo se traduz em obras de vida para com o próximo, em especial ao mais indefeso, o pobre. Mateus cuida de recordá-lo em um texto que forma parte da mesma unidade em que se encontram as bem-aventuranças.

O caminho das obras

A passagem sobre as bem-aventuranças termina no v. 12, porém o que se segue está perfeitamente integrado a elas.

O discípulo é alguém chamado a dar testemunho através de gestos concretos. O que quer que faça deve ser visto pelos demais para que recebam a mensagem das bem-aventuranças. As "boas obras" (6,16) são uma expressão técnica da Bíblia, equivalente a obras de misericórdia. Delas fala-nos numa citação

clássica em Mt 25,31-46. Sua visibilidade (cf. "luz", "lámpada") não está a serviço do resplendor pessoal mas antes para a glória de Deus. Esse é o sentido último das obras do discípulo de Jesus e através delas as pessoas devem ser conduzidas ao Pai.

Glorificar ao Pai é reconhecer o primado de seu amor, aderir-se a sua vontade, ser fiel a seu designio sobre a humanidade.

As obras do discípulo são caminho para se chegar ao Pai, fazendo com que se torne sua a meta traçada por Cristo. A passagem das bem-aventuranças conclue com o v. 16 e faz-nos ver o papel que jogam as obras nas atitudes próprias do seguidor de Jesus. Bem-aventurados os pobres de espírito etc., significa bem-aventurados os discípulos; aqueles que praticam a justiça através de obras de amor e vida e que com elas, dão glória ao Pai. Este enfoque permite colocar em fecunda relação o princípio do cap. 5 de Mateus — aquele no qual se inicia a pregação de Jesus — com o cap. 25 em que conclui sua pregação. Bem-aventurados os discípulos, porque eles dão de comer aos famintos, de beber aos sedentos, vestem os que estão nus e visitam aos presos; dão vida e anunciam o Reino através de gestos concretos.

As bem-aventuranças de Lucas colocam um acento especial na gratuidade do amor de Deus. Trata-se de enfoques complementários. Não existe, da parte de Mateus, uma "espiritualização" das mesmas. Melhor seria, caso possamos nos expressar assim, de uma "disciplinização" das mesmas. Desta forma, a perspectiva mateana torna-se particularmente exigente.

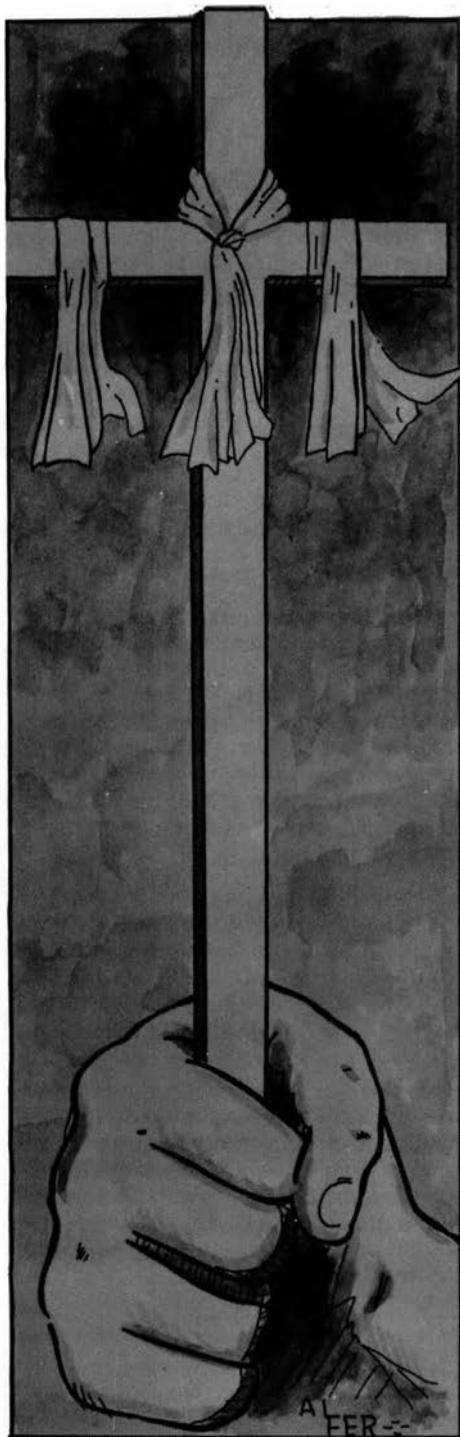
Assim colocado, seguidor de Jesus é, portanto, todo aquele que traduz a graça recebida em obras para o próximo e em especial o mais pobre; por ser declarado bem aventurado e apto a entrar no Reino "preparado desde a criação do mundo" (Mt 25,35).

No texto das bem-aventuranças, Mateus insiste na necessidade de um determinado comportamento que se deve ter para com os demais. É um requisito que provém do dom do Reino. Não existe maior exigência de solidariedade para com os demais do que a gratuidade do amor de Deus.

Gustavo Gutiérrez, peruano, é um dos principais teólogos latino-americanos. Autor de *Teologia da Libertação*, *A força histórica dos pobres* e *Beber do próprio poço*, publicados em português pela Editora Vozes.

Militância e teologia

Georges Casalis



O grande teólogo francês Casalis faleceu no último janeiro, na Nicarágua. Lutador incansável pela liberdade e pela justiça. Durante os anos mais duros da ditadura no Brasil, presidiu, em Paris, o Comitê de Solidariedade aos refugiados brasileiros. Amigo presente nas lutas dos povos do Terceiro Mundo. Sua profunda reflexão teológica esteve sempre a serviço da luta dos pobres e oprimidos. Não há teologia neutra, afirmava constantemente. Pertencia à Igreja Reformada da França, tendo sido secretário-geral da Federação Francesa de Estudantes Cristãos, professor de teologia prática e hermenêutica da Faculdade Protestante de Teologia da França e membro coordenador do Instituto Ecumênico de Serviço aos Povos (Inodep). Autor de vários livros e artigos, sendo uma de suas obras mais conhecidas "As boas idéias não caem do céu". O artigo que estamos publicando, além de sua atualidade, é merecida homenagem que lhe prestam seus inúmeros amigos do Brasil.

Robinson viu o problema ao escrever: "A nova reforma (...) não tem apenas que realizar uma revolução na teologia da secularização. Creio que tem a missão de progredir até uma teologia verdadeiramente secular — o que pode ser a contribuição específica da nossa época à história da Igreja" (John A. T. Robinson, *Uma nova reforma?*, Moraes Editores, Lisboa). O que está em jogo é o sentido da expressão "teologia verdadeiramente secular", análoga às intuições de Bonhoeffer acerca do "cristianismo não-religioso". Neste último caso trata-se, evidentemente, de um cristianismo vivido no risco do compromisso subversivo no complô contra Hitler, daí uma espiritualidade do compromisso político contra todas as formas de opressão. Uma "teologia verdadeiramente secular" seria, assim, uma teologia cujo lugar de produção é a existência popular e a participação militar nas lutas populares de libertação. Onde a militância não faz desaparecer a fé mas, ao contrário, a purifica e a renova, aí começa a nascer uma teologia popular a serviço de uma igreja dos pobres que está nascendo.

Que isto não é somente uma ilusão de um intelectual esquerdista, prova-o

fartamente o que se produz não só na América Latina mas também no Vietnã e na Argélia, onde se está esboçando uma interessantíssima hermenêutica socialista do Islã.

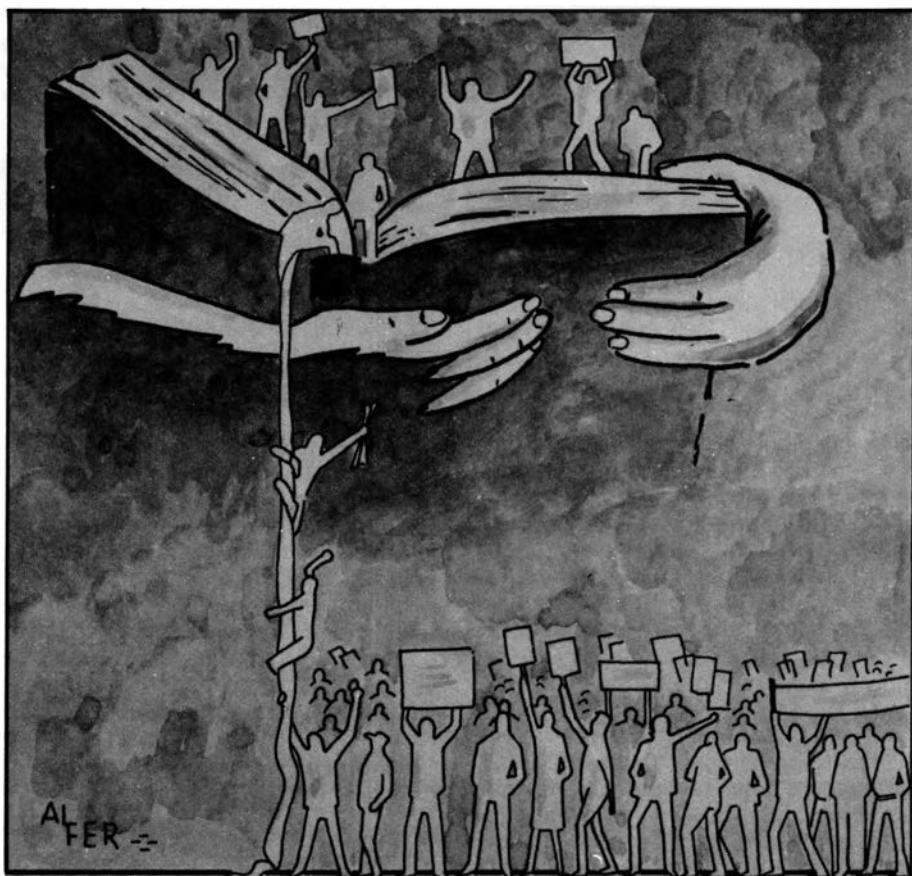
Quem diz "militância", diz necessariamente eleição partidista iluminada. Se as massas populares, animadas por seus elementos mais conscientes, fazem a história, é porque elas a expressam em um sentido preciso: a destruição dos sistemas de opressão e de exploração, sejam quais forem, a conquista do poder pelo povo, o acesso de todos não só a um nível material suficiente mas também à co-responsabilidade, à criatividade, à dignidade e à felicidade. Esta utopia, denunciada por todas as teologias pessimistas do pecado e por todos os catastrofistas religiosos, deve animar um "otimismo metodológico" impenitente, que é a tradução secularizada da esperança escatológica, e mantê-lo diante de todos os reveses e os desmentidos que a história inflige cotidianamente. Não basta, pois, falar com Teilhard de Chardin sobre a necessidade de integrar-se na "frente comum de todos aqueles que crêem que o universo ainda progride e que nós estamos encarregados de fazê-lo progredir" (Citado por Roger Garaudy em *Do anátema ao diálogo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1966, p. 10). A militância qualifica o inimigo, não apenas o denuncia. Analisa seu poder e executa um método próprio para vencê-lo. Este entender o inimigo, a definição de objetivos estratégicos e de meios táticos, e a organização da ação coerente para alcançar as sucessivas etapas da luta até a vitória pela revolução, isto é, a práxis. Aqui se rompe com o discurso abstrato e geral; a práxis é concreta e está bem situada no espaço e no tempo, em função das características tomadas pela luta de classes. Buscando a integração nesta luta é que se chega a ser militante.

Daí vem a linha desta reflexão: "As boas idéias não caem do céu... vêm da prática social". Não se trata aqui de definir teoricamente um novo tipo de teologia. Trata-se de fazer a práxis, mais concretamente a práxis revolucionária,

condição primeira para a elaboração de uma teologia popular cuja necessidade e plausibilidade poderão ser discutidas posteriormente. No momento, a questão se resume em mostrar a sua possibilidade: o método "indutivo" consiste em reler o evangelho e a tradição cristã a partir da práxis. Como ainda o sublinharemos inúmeras vezes, se o que se afirma aqui permanecer ao nível do discurso não passará de uma variante, uma entre as piores, do idealismo das teologias da dominação. Numerosas experiências contemporâneas provam que, em virtude do "atraso ideológico" antes mencionado, as rupturas necessárias permanecem freqüentemente no nível verbal e não correspondem a nenhuma prática efetiva da luta de classes. Desse modo, numerosos são os teólogos que pensam encontrar, numa linguagem renovada, uma virgindade há muito tempo manchada nas sucessivas prostituições com as classes dominantes. Trabalho perdido. Os oprimidos sabem reconhecer à primeira vista seus verdadeiros aliados e seus inimigos objetivos...

A práxis, condição primeira e decisiva para uma teologia popular: é imperioso abster-se de utilizar esta fórmula como uma arma contra uns e outros, enquanto não se houver tomado a decisão de confrontar-se a si mesmo com ela, cotidianamente, como a escala com que se podem medir as traições e as covardias ante as exigências da luta. Não haveria nada pior do que ver nascer, nas fileiras do cristianismo contemporâneo, uma nova seita, a dos fariseus do discurso sobre a práxis. Mais vale, então, o cinismo provocador do bispo Lefebvre que, pelo menos, tem a vantagem de ser claro e refletir exatamente a sua solidariedade prática com os políticos da direita e da extrema esquerda. Portanto, cada um deve aplicar primeiramente a si próprio a dura e sã palavra evangélica, a mesma que aplicam aos cristãos os não-cristãos enfadados com as contradições do idealismo religioso: "Por seus frutos os conhecereis" (Mt 7,20).

Uma última observação pode ser útil: por toda parte, quando alguém se declara e se manifesta partidista, não faltam espíritos sagazes para descobrir neste comportamento o mal-estar de pessoas de boa família que têm vergonha de suas origens e de sua educação, ou para afirmar que alguém continua sendo sempre o que é e que não se pode mudar de pele... Curiosos representantes de um evangelho que fala com freqüência da *metanoia* (arrependimento ou, melhor, conversão), movimento de ruptura não só com um passado mas tam-



bém com as estruturas culpadas de crimes contra a humanidade, e compromisso com um porvir de justiça, de solidariedade, de libertação. O João Batista do evangelho de Lucas diz a respeito algumas coisas bem claras... Os marxistas são menos incrédulos que muita gente de igreja: considerando com razão que todo homem é, em primeiro lugar, um ser social, a ninguém censuram o fato de ter nascido e ter sido (de)formado em um determinado quadro social, e de ser o produto histórico dos condicionamentos econômicos e ideológicos de sua classe. É o que chamam de situação de classe. Pelo contrário — e contrariamente aos partidários da religião burguesa que manifestam claramente a que deuses adoram —, os marxistas não consideram de nenhum modo este condicionamento original e cultural como dom natural ou como fatalidade. Sabem, por longa experiência, que freqüentemente, e em toda parte, acontece que os homens, ao tomarem consciência do caráter criminal do sistema sustentado pela classe a que pertencem, rompem com ele e se engajam numa práxis revolucionária. À situação de classe sofredora sucede então uma posição de classe escolhida: é somen-

te esta última a que importa. De Marx — que tem a audácia de escrever: "A filosofia encontra no proletariado as suas armas materiais como o proletariado encontra na filosofia suas armas intelectuais" (*Crítica da filosofia do direito de Hegel* in **Marx-Engels, Sobre a religião**, Edições 70, Lisboa, 1976, p. 65) — a Ernesto Che Guevara, as massas populares acolheram, como seus, numerosos burgueses em ruptura definitiva com a situação de classe. Este é também o sentido das palavras pronunciadas por Fidel Castro, em 1972, aos "Cristãos pelo Socialismo" do Chile: "Digam, sem nenhuma dúvida: nós vemos nos cristãos revolucionários, os aliados estratégicos da revolução" (Cf. **Pablo Richard, Origine et développement du mouvement "Chrétiens pour le socialisme", Chili 1970/1973**, Paris, 1976, p. 38s). Quem quer que saiba o peso da diferença entre tática e estratégia não poderá subestimar a extraordinária importância desta frase para o porvir de todo um continente... ao menos!

(Extraído de *Las buenas ideas no caen del cielo — elementos de teología induktiva*. Col. "Verdad e Imagen", Ediciones Sigueme, Salamanca, 1983.)

América Latina avalia formação de quadros

Jorge Luiz Ferreira Domingues

Com o objetivo de avaliar o programa de formação de quadros desenvolvidos nos últimos cinco anos, sete entidades ecumênicas da América Latina se reuniram em Bogotá, de 26 a 30 de janeiro deste ano. Foi o encontro da Rede Latino-Americana da CPID (Comissão para Participação das Igrejas no Desenvolvimento — Conselho Mundial de Igrejas).

A reunião teve três momentos: as entidades presentes apresentaram relatórios de suas atividades da formação de quadros; fez-se uma avaliação, em conjunto, desses relatórios; por fim, foram apresentados à Rede, temas e aspectos a serem trabalhados.

A avaliação levantou algumas questões que devem ser aprofundadas:

a) Sobre o programa de formação de quadros, discutiu-se a sua prioridade neste momento, a necessidade de reformulação, a sua colocação frente à política de massas, etc.;

b) Perguntou-se, ainda, como aprofundar as linhas metodológicas do processo de formação de quadros e a avaliação dos seus resultados;

c) Sobre ecumenismo, apontou-se para a necessidade de um projeto ecumênico para a América Latina, suas ênfases, prioridades e desafios e sua relação com a cultura;

d) Avaliou-se, também, a necessidade de formação de novos quadros para o movimento ecumônico.

Novos desafios

A conclusão da reunião apontou alguns temas que devem ser trabalhados pela Rede em diversas instâncias, conforme recomenda o grupo. A respeito da reflexão sobre fé e política foram des-

tacados: a necessidade de se clarear os elementos teológicos dos sistemas políticos e econômicos vigentes; a questão democracia e socialismo; e os projetos históricos e culturais indo-afro-americanos. Com relação ao ecumenismo, recomendou-se a participação plena no processo da realização de um encontro latino-americano de entidades ecumênicas, sob a responsabilidade do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) e da Rede, e a consciência dos "alinhamentos" e estratégias das diferentes entidades.

Ficou clara a necessidade de uma nova análise de conjuntura da América Latina e do significado político dos movimentos populares, e da importância decisiva dos meios de comunicação de massa no processo social. Além disso, alguns desafios para o programa de formação de quadros foram estabelecidos: aprofundar os marcos teóricos das entidades, definir com mais precisão a identidade de cada entidade partindo das ações concretas que são realizadas, o perfil do quadro a ser formado e o melhor delineamento do perfil do quadro desejado na atual conjuntura, estabelecer uma coerência entre metodologia e conteúdo teórico libertador e solicitar à Rede que proporcione um espa-

ço para aprofundar a questão da metodologia.

No fim do encontro — um evento importante para o avanço do movimento ecumônico — todas as entidades presentes puderam avaliar a relevância da formação de quadros para o desenvolvimento do processo social na América Latina.

Presenças na reunião

Do Brasil, três entidades: o Centro Ecumônico de Documentação e Informação (CEDI), o Centro Ecumônico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep) e Teologia para o Desenvolvimento. Da Costa Rica, duas: o Departamento Ecumônico de Investigações (DEI); e o Centro Ecumônico de Formação Pastoral e Ação Social (Cefpas). Da Bolívia: o Centro Ecumônico de Promoção e Investigação de Teologia Andina (Cepita). A entidade que participou e recebeu as demais na Colômbia foi o Centro de Investigação e Educação Popular (Cinep).

Jorge Luiz Ferreira Domingues é pastor da Igreja Metodista e integrante do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.



Parte do grupo de representantes das entidades num dos seus momentos devocionais.

Escola e movimento popular

Celso de Rui Biesiegel

Este número da coleção *Cadernos do CEDI* não pode passar desapercebido entre os estudiosos dos problemas do ensino público e da educação popular. Dedicado ao registro da história das lutas populares por educação, em bairros da zona leste da cidade de São Paulo, este caderno vem juntar-se ao ainda escasso, mas, crescente acervo de estudos voltados para o conhecimento da influência dos movimentos sociais na expansão e na melhoria dos serviços e orientação das políticas públicas.

Dá uma clara idéia, também, das grandes dificuldades enfrentadas pelas camadas populares na luta pela afirmação de seus interesses educacionais.

A história começa pelas reuniões de mulheres de Ermelino Matarazzo, na Capela de Monte Santo, para a discussão dos problemas que deveriam ser enfrentados no bairro, em 1980: era preciso asfaltar as ruas, por conta da prefeitura; o "orelhão" fazia muita falta;... a exigência de pagamento das taxas das APMs (Associações de Pais e Mestres) se inscrevia entre os problemas da população.

No âmbito das discussões sobre as APMs, as questões levantadas associam-se a outros assuntos discutidos por grupos de mães, junto com a irmã Gabriela, da comunidade eclesial de base, na área dos direitos humanos.

Examinam-se, entre outras questões, várias formas de agressão à dignidade da criança pobre no interior da escola. Conclui-se que o Estado, através das APMs, procura arrecadar recursos do povo para cobrir necessidades que deveriam ser atendidas pelo próprio poder público. Uma coisa puxa outra. Das APMs caminha-se para a discussão da

sistemática falta dos professores às aulas, do autoritarismo das escolas, da inexistência de escolas noturnas, do 2º grau, do ensino supletivo...

O movimento se alarga pela região, estendendo-se à Cidade Nova, à Ponte Rasa, ao Itaim... e São Miguel, Vila Nitro-Operária, Cidade Lider, Itaquera, Curuçá, Boturussu etc.

"Dia 7 de dezembro de 1980. A igreja matriz de São Miguel Paulista estava lotada. Eram mais de mil pessoas, pais, mães e crianças. Quem visse se arrepiava de emoção. O altar cobria-se de faixas e cartazes: *pagamos impostos, queremos escolas, mais verbas para a educação*. Estavam repórteres de mais de um jornal e gente de fora que vinha dar apoio. Veio gente da Udem, a associação dos diretores das escolas oficiais, vieram professores, pessoal do PT, da pastoral da juventude, todos trazendo moções de apoio. Veio até o bispo..." A passagem dá idéia da atmosfera em que se desenvolvem as ações. E já aponta os agentes do movimento: Igreja, comunidades eclesiás de base, pastoral da juventude, grupos e partidos políticos, imprensa, intelectuais, parcelas do povo, sobretudo as mulheres.

O movimento não se limita ao debate e ao esclarecimento das questões que focaliza. Seus agentes pressionam o Estado, nas escolas, nas repartições, na Secretaria da Educação. Algumas reivindicações encontram respostas, mais ou menos satisfatórias. Há resistências, avanços e recuos. A própria coesão dos agentes varia de uma ocasião para outra.

Ao longo da narração singela e agradável, de Vera Masagão Ribeiro,

encontram-se informações significativas para a reflexão sobre:

- 1) a importância atribuída ao ensino público pelas camadas populares;
- 2) os mecanismos de exclusão dessas camadas na pirâmide da escolaridade;
- 3) as formas de articulação entre as instituições (Igreja, partidos), os intelectuais e os movimentos populares.

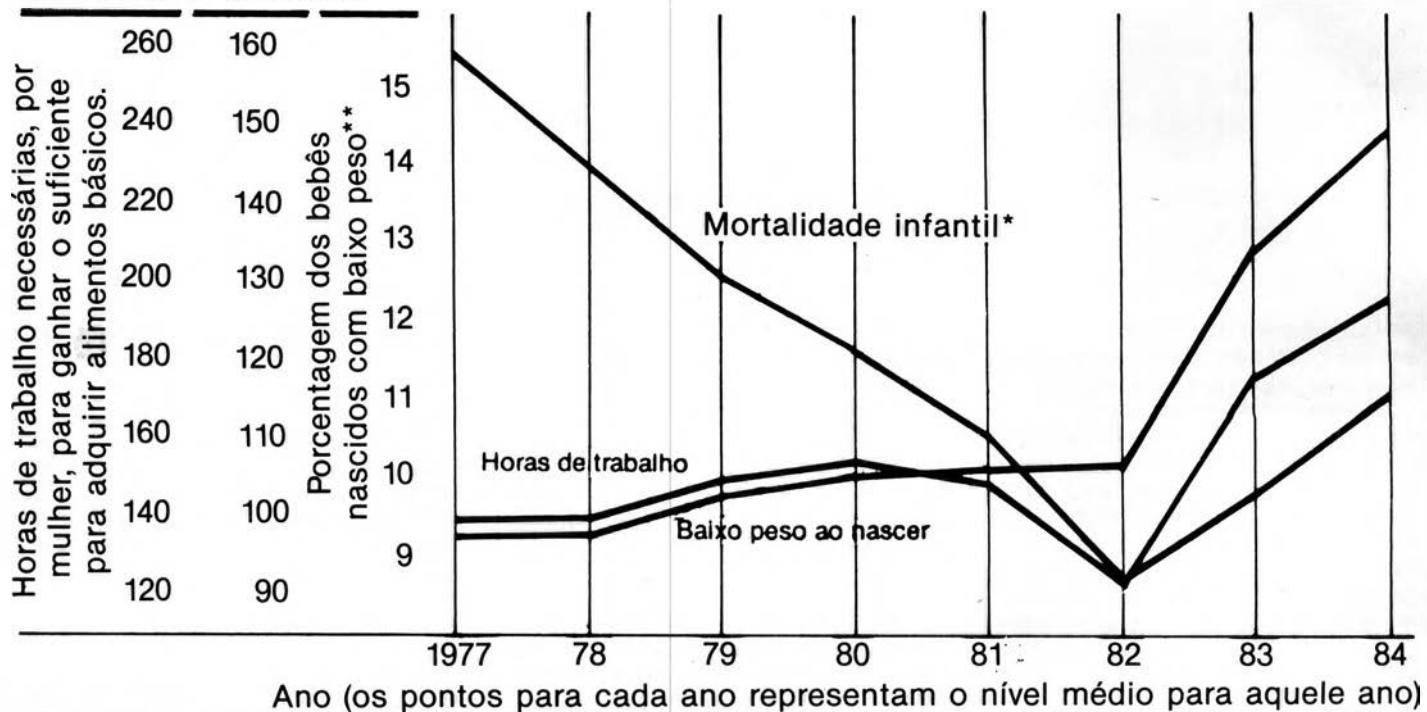
O caderno contém valiosos subsídios para a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre esses temas e inclui importantes depoimentos de educadores e intelectuais de uma ou de outra forma envolvidos no movimento.

Celso de Rui Biesiegel é professor da Faculdade de Educação da USP.

O CAMINHO DA ESCOLA - Luta popular pela escola pública — Vera Masagão Ribeiro, Cadernos do CEDI, Programa de Educação e Escolarização Popular, São Paulo, 1986, 60 pp., 21x27 cm.



Recessão, baixo peso ao nascer e mortalidade infantil no Nordeste brasileiro — 1977/1984*



Notas: * População coberta = 38 milhões em 1984.

* Mortalidade infantil = Mortes de menores de um ano, por 1.000 nascidos vivos.

** Baixo peso ao nascer = abaixo de 2.500 gramas.

Fonte: R. A. Becker, A. Lehtig. "Brasil: Evolução da mortalidade infantil no período 1977-84", Ministério da Saúde, Centro de Documentação, Brasília, DF, Brasil.

O gráfico acima é um dos impressionantes indicadores da recessão. Embora, no Brasil, as estatísticas sejam ainda muito deficientes, com dados precariamente coletados (esta tem o agravante dos dados serem oficiais, nem sempre confiáveis) constata-se que crescem alarmantemente, em apenas dois anos, os índices de mortalidade infantil, de baixo peso ao nascer e das horas necessárias de trabalho para o sustento básico.

Os custos sociais da recessão ainda vão mais longe: aviltamento do trabalho, intensificação da exploração do trabalho feminino, desemprego, desnutrição, doenças e miséria. A grave crise econômica que atravessamos agora, infelizmente, indica que outra vez seguiremos esse caminho, apesar dos discursos oficiais. As crianças, elo mais frágil da cadeia social, são as primeiras a sentir os efeitos de uma situação dessas. Sabe-se que a mortalidade infantil sempre foi alta no Brasil. Contudo, vê-se que com a recessão, ela agravou-se. Além disso, mesmo aqueles que conseguiram sobreviver, estarão inevitavelmente com seu futuro comprometido pelas seqüelas da fome e das doenças. Até quando as crianças serão vítimas desse progressivo genocídio?